

RELATÓRIO SOBRE A ÁREA INDÍGENA WAIMIRI/ATROARICEDI - P. I. B.
DATA 08, 12, 86
COD. WTD071. INTRODUÇÃO

A necessidade de redefinição dos limites da área indígena Waimiri/Atroari, localizada no Estado do Amazonas e no Território de Roraima, nos municípios de Novo Airão e Caracarái respectivamente, foi o motivo da designação deste Grupo de Trabalho formado pelos servidores ANGELA MARIA BAPTISTA, antropóloga e LUCÉLIO CESAR SABE FRANCO, engenheiro cartógrafo, substituído em 27/06/81 por GILBERTO FERREIRA, Chefe do Setor de Cartografia/DDF.

O período utilizado para a execução dos trabalhos foi o de 17/06/81 a 04/07/81, sendo que as atividades desenvolvidas seguiram o seguinte roteiro:

17/06 a 24/06/81

Foram estabelecidos contatos com a 1ª DP e Órgãos Públicos como o INCRA, ITERAM, SUDAM, DNPM, ELETRONORTE, IBGE, etc. para obtenção de informações a respeito dessa área. Foi solicitado também a FUNAI-Brasília providências para a compra do combustível necessário para o sobrevôo da área dos Waimiri-Atroari. Fizemos uma visita ao acampamento da Parapanema Mineração à convite dessa empresa.

25/06 a 26/06/81

Deslocamento para a Base NAWA - Núcleo de Atração Waimiri-Atroari e levantamento de dados a respeito dos trabalhos desenvolvidos pela Frente de Atração Waimiri-Atroari e entrevistas com o coordenador do NAWA.

27/06 a 01/07/81

Chegada do engenheiro substituto e início dos trabalhos

de sobrevôo dessa área indígena com o objetivo de plotar em carta todas as malocas e acidentes dentro da área, tais como campo de pouso, derrubada, etc.

Utilizamos para o sobrevôo a aeronave CESSANA, prefixo PT-FON, pilotada pelo comandante Homero da 10ª DR. O coordenador do NAWA - Sr. Giuseppe Cravero, acompanhou todas as atividades do sobrevôo que seguiu o seguinte plano:

27/06/81

Descemos pela rodovia BR-174 no rumo sul até o rio Santo Antônio de Abonari. Tomamos o rio Uatumã até o seu encontro com o rio Pitinga. Subimos o rio Pitinga aproximadamente uns 30 Km quando tomamos a direção Oeste até atingir novamente o rio Uatumã, fazendo uma "varredura" de 10 Km de cada lado. Deste ponto voltamos a Base NAWA que se encontrava a uma distância de 15 Km de afastamento da estrada. Antes de chegar a essa Base, localizamos o aldeamento TAQUARI, pertencente à Frente Avançada do Posto Indígena Abonari no Km 326 da margem direita da BR-174. (1:30 hs de voo).

Saímos da Base NAWA e seguimos no rumo leste até atingir o rio Pitinga que faz o limite leste da área reservada aos Waimiri-Atroari. Fizemos uma curva de 180º retornando rumo Oeste até atingir a BR-174, aproximadamente a 10 Km do Sul do aldeamento TAQUARI. Subimos a rodovia e aterrizamos na Base NAWA. (1:10 hs de voo)

28/06/81

Partindo da Base NAWA sobrevoamos até a Cachoeira Criminosa no rio Alalaú. Retornamos a essa Base para balizamento. Partindo rumo Oeste : 1ª linha de 90 Km, rumo Norte 20 Km e depois rumo Oeste 90 Km na 2ª linha. Rumo Norte 15 Km sobre a BR-174. Retornamos rumo Oeste 60 Km, depois rumo Norte 15 Km e novamente rumo Oeste 50 Km. Cobrimos dessa forma, parte do limite Norte da área da reserva e a margem direita da área interditada. Aterrissamos no campo de pouso

localizado próximo ao Posto de Vigilância Jundiá. (2:00 hs de vôo)

Decolamos do campo de pouso Jundiá, no sentido Oeste ' aproximadamente 60 Km e seguimos rumo Norte 20 Km. Sobrevoamos no ru mo Leste a linha do Equador que recobre o limite Norte da área pro - posta para acréscimo de nº 2 até atingir a BR-174 onde identificamos o marco da linha do Equador implantado à margem da mesma. Descemos ' rumo Sul, acompanhando a BR-174 até atingir o ponto conhecido como Posto de Vigilância Terraplanagem de onde, em companhia do Capitão A troari Viana (habitante do aldeamento deste PV) saímos rumo Nordeste em Busca da identificação das malocas Atroaris. Retornamos ao campo ' de pouso Jundiá onde um carro da Base NAWA aguardava o indígena Via - na para levá-lo de volta ao seu aldeamento nas margens da BR-174. Do PV Jundiá retornamos até a Base NAWA. (2:05 hs de vôo)

29/06/81

Partimos da Base NAWA e descemos pelo rio Alalaú no ru mo Oeste até atingir o rio Camanaú - limite Oeste da área interdita - da. Identificamos 3 malocas. Subimos rumo Norte e após atingirmos a cabeceira do rio Camanaú, seguimos uma distância de aproximadamente ' 12 Km. Retornando, tomamos o rumo Leste voando paralelamente à linha anterior até atingir a BR-174 a uma distância aproximada de 70 Km. Se - guimos rumo Norte, a uma distância de 15 Km. Retornamos rumo Sul para sobrevoar a linha paralela a anterior até atingir uma distância de ' 60 Km. Atingimos dessa forma, a confluência do rio Alalaú com o rio Jauapery. Seguimos mais a frente e constatamos a presença de um alde - amento ao lado do Posto Indígena de Atração Alalaú. Retornamos rumo Norte, subimos o rio Jauapery rumo Leste e fazendo uma tomada de ou - tra linha atingimos a rodovia a uma distância de 45 Km da linha seca, limite Norte à margem esquerda da BR-174. Fizemos uma outra linha no rumo Noroeste onde existe uma estrada já com picada e assentamento ' feito, de aproximadamente 6 Km. Verificamos que a mesma encontrava-se ~~fora dos limites da área proposta de nº 2. Retornamos a Base NAWA.~~ (2:05 hs de vôo).

Saimos da Base, descemos rumo Sul aproximadamente 10Km onde iniciamos na BR-174 à 1ª linha de vôo. Tomamos rumo Oeste até atingir o limite Leste a uma distância de 70 Km. Descemos rumo Sul 8 Km e após retornamos rumo Leste até o limite da rodovia a uma distância de 95 Km tomamos a estrada rumo Sul. Percorremos uma distância de 10 Km onde tomamos a linha do Vôo seguinte. Percorremos mais 80Km rumo Oeste. Tomamos o rumo Sul e depois de 10 Km viramos rumo Leste onde pegamos uma outra linha de vôo. Percorrendo 70 Km, atingimos a estrada. Descemos rumo Sul até a passagem do igarapé Santo Antônio de Abonari, na BR-174. Viramos rumo Leste subindo o já citado igarapé até as suas cabeceiras a uma distância de 50 Km da BR-174. Retornamos a Base NAWA. (2:30 hs de vôo)

30/06/81

Saimos da Base com destino ao Posto de Vigilância do Abonari, situado aproximadamente a 45 Km rumo Sul, com o objetivo de visitarmos o 6º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção do Exército), para verificar se existia a planta do projeto da estrada em construção que tem o seu início a 50 Km do Posto de Vigilância Jundia. Nada sabiam a respeito dessa estrada. Devido as precárias condições de tempo, voltamos a base NAWA. (2:00 hs de vôo)

Partimos da Base NAWA tomando como ponto de referência a ponte sobre o rio Santo Antônio do Abonari, seguimos rumo sul a uma distância de 50 Km. Tomamos rumo Oeste e a uma distância de 110 Km atingimos o rio Camanaú. Balizando no rio Camanaú iniciamos uma série de linhas paralelas, mantendo uma equidistância horizontal de 7 Km perfazendo um total de recobrimento de aproximadamente 1540 km². Após o recobrimento da última linha, retornamos a Base NAWA, percorrendo uma distância de 95 Km até o campo de pouso. (3:05 hs de vôo)

01/07/81

Partimos da Base NAWA até o Posto de Vigilância do Abo

nari. Seguimos rumo Sul, a uma distância aproximada de 60 Km em linha reta até o rio Curiaú. Seguimos esse rio até a foz do rio Camanaú onde identificamos o Posto Indígena de Atração Camanaú no igarapé da Maloca afluente da margem esquerda do rio Negro, fora da área da reserva dos Waimiri-Atroari. Identificamos ainda a Vila Batista, habitada pelos indígenas Sateré-Munduruku em frente a Frente Avançada Maré, dos indígenas Waimiri, localizada aproximadamente a 20 Km do PIA Camanaú. Fizemos o mesmo percurso até a ponte do rio Santo Antônio do Abonari e retornamos a Base NAWA. (2:30 hs de voo)

Descemos até a ponte do rio Santo Antonio do Abonari quando tomamos a direção Leste num tempo de voo aproximado de 15 minutos com o objetivo de localizar a área de pesquisa da Mineradora Parapanema dentro da parte leste da reserva. A localização dessa área de pesquisa e nem do acampamento dessa Cia. foi possível devido às precárias condições de tempo e também da aeronave. Esta já havia ultrapassado em mais de 15 horas de voo o seu tempo de revisão. O Comandante Homero aconselhou-nos a voltarmos a Base NAWA, o que foi feito. (1:30 hs de voo)

Ainda nesta data, fomos de carro com o coordenador do NAWA até o Posto de Vigilância Terraplanagem onde existe um aldeamento dos indígenas Waimiri. Conhecemos a estrutura física do Posto e também as malocas do aldeamento que fica separado do PV por um passageiro. Este foi o primeiro contato que tivemos com os indígenas Atroari.

02/07/81

Na parte da manhã descemos de carro pela BR-174 a Frente Avançada do PIA Santo Antônio do Abonari onde visitamos o aldeamento TAQUARI dos indígenas Waimiri. Continuamos viagem pela BR-174 até a ponte sobre o rio Santo Antônio do Abonari onde tomamos uma voadeira com motor de pôpa que nos levou até o Posto Indígena de Atração do Abonari. Neste Posto existe um aldeamento dos indígenas Waimiri.

Voltamos a Base NAWA e às 14 horas retornamos a Manaus com a aeronave CESSANA da 10ª DR.

03/07/81

Contatos finais com os órgãos: INCRA e ITERAM.

04/07/81

Retorno a Brasília.

O acesso a área dos indígenas Waimiri-Atroari pode ser feito através de via aérea e terrestre, pois existem dois campos de pouso: um pertencente a Base NAWA e o outro do BEC, localizado próximo ao PV Jundiá. O acesso terrestre é realizado através da BR-174 que corta toda a área indígena dos Waimiri-Atroari, ligando Manaus a cidade de Caracará no Território de Roraima.

Por ser os Waimiri-Atroari um grupo indígena arredio onde só uma pequena parte de sua população mantém contatos intermitentes com os Postos Indígenas de Atração, foi impossível realizar um trabalho antropológico "in loco". Os dados apresentados neste relatório foram obtidos através de conversas informais com o coordenador do NAWA, da pesquisa bibliográfica e de levantamentos da documentação existente na Base NAWA, na 10ª DR, em Manaus e no DGPI e no DGPC em Brasília.

Além dos problemas surgidos em decorrência do atraso da chegada da aeronave da 10ª DR em Manaus e da substituição do engenheiro designado por motivo de doença, tivemos problemas relativos às condições de tempo instável e nublado o que nos prejudicou nos sobrevôos. Estes períodos de tempo não propícios aos sobrevôos foram preenchidos pelo trabalho de levantamento de dados nos arquivos da Base NAWA.

2 - A - HISTÓRICO

" Os Waimiri-Atroari constituem um grupo indígena de língua Karib, dividido em um número não definido de sub-grupos locais, ocupando tradicionalmente as regiões de floresta equatorial " que se dispõem entre a foz do Rio Negro e os diversos tributários do rio Branco. Sua fronteira ocidental parece ser delimitada pelos rios Mahú e Jamundá, ou Mapuera, e através dela comunicam-se com outros grupos do mesmo tronco linguístico. A oeste seu limite foi sempre, provavelmente, o Rio Negro.

A informação de Gillin (Handbook of South American Indians, III: 807) de que os Crichaná (Waimiri) se estenderiam até às nascentes do Uraricoera, no Parima, decorre de simples equívoco na* leitura de Barbosa Rodrigues. Este naturalista refere-se a esta área como o habitat dos Purukotó, grupo que considera muito assemelhado, linguística e culturalmente, aos Waimiri-Crichaná.

Há evidência histórica de que, para o sul, os Waimiri atingiam a região dos Urubu, Uatumã e Jatapú. Esses tributários do Amazonas, desde meados do século XVII, foram alvo de sucessivas expedições em busca de escravos indígenas. É provável que o fato tenha forçado um retraimento paulatino do grupo em direção à bacia do Jauaperi, que se transformaria em sua área de maior concentração.

Mesmo no século atual, entretanto, há indícios da presença de índios Waimiri na região do Uatumã:

? Em março de 1916, o bravo e muito digno inspetor Bento Lemos verificou que uma parte dos gentios do Jauapery e seus afluentes é estável e sedentária, ao passo que outra parte é errante e nômade, passando uma época do ano na região do Uatumã, diretamente pelo Alauahú ou por intermédio do Urubu... O próprio autor destas linhas, quando esteve no Uatumã em 1911, lá encontrou essa tradição e, indo posteriormente ao Jauapery, pode verificar a inteira identidade da língua dos seus ín-

dios com a dos que frequentam habitualmente, de setembro a dezembro, o primeiro desses rios" (Alípio Bandeira, 1926:34-35).

O habitat desses índios inclui as áreas banhadas pelos rios Jatapu, Urubu, Tarumã Açu, Cuieiras, Apuaú, Curiaú e Camanaú, Jauaperi (com seus afluentes Alalaú, Muranaú, Branquinho e Macucuaú) e Branco (especialmente seu afluente Anauá). A leste, fazem fronteira com os Waiwai e outros grupos Karib da região, com os quais têm relações frequentes e amistosas.

Além do designativo usual - Waimiri (Uaimiri) -, esses índios são conhecidos por outros nomes que podem referir-se a uma ou várias subdivisões do grupo: Jauaperi (Yauapery, Yauapiri) - provavelmente em virtude do rio que habitam -, Atroari, ou Atruahi, e Crichaná - nome introduzido na bibliografia etnológica por Barbosa Rodrigues, 1885, cf. bibliografia, e que o naturalista diz ser seu auto-designativo tribal. O termo "Atroari" ou "Atruahi" induz a uma falsa identificação com os Atoraí (Attorraidi etc), grupo Aruak localizado nas nascentes do Rupununi e Tacatu, que teria sido absorvido pelos Wapishana (cf. HSAI, III: 802).

Segundo Barbosa Rodrigues, os Waimiri (Crichaná) seriam, do ponto de vista linguístico e cultural, muito semelhantes aos Parukotó (Ipurucotó) e aos Macuxi. Na verdade, segundo o naturalista, os Waimiri e Macuxi não passariam de sub-divisões dos Parukotó. Existe uma discernível identidade cultural entre os grupos Karib da área das Guianas, reforçada pela evidência de contatos estreitos entre eles.

Não cabe aqui uma resenha dos dados etnográficos existentes sobre os Waimiri e demais grupos Karib da área. A informação pode ser obtida, com facilidade, do texto de John Gillin sobre as tribos das Guianas, em HSAI III, 799-860 (cf. bibliografia). Deve ser dito, entretanto, que os Waimiri são um grupo de floresta tropical que faz suas aldeias em lugar próximo de cursos d'água, importantes pela pesca e navegação; pratica uma agricultura típica de floresta tropical. A caça e a pesca

(inclusive tartarugas) tem elevada importância em suas atividades produtivas. Como os demais grupos Karib da região, os Waimiri fazem largas expedições de caça e comércio por todo o território descrito. As aldeias Waimiri, à semelhança das dos demais grupos culturalmente parecidos, constituíam, no passado, pequenas comunidades que nunca ultrapassavam os duzentos habitantes.

Alípio Bandeira dá notícia de habitantes de aldeias Waimiri visitadas entre 1915 e 1920.

" A maloca visitada pelo inspetor Bento Lemos (no Mucucuaú) é de índios não sedentários mas já cultivados res do solo... Aí encontrou cerca de 50 pessoas e , entre elas, um homem aleijado do braço direito por ferimento de bala da expedição Catingueira. Soube o Inspetor que faltavam alguns homens, que andavam fora, mas não pôde conhecer o número total deles. Notou que havia muita fartura, sendo por conseguinte esse grupo feliz no seu tranquilo retiro, salvo possíveis agressões... Em dezembro do ano passado (1921) o Sr. Luiz José da Silva, diarista do Serviço de Proteção aos Índios, visitou as malocas denominadas Campina e Quartel. Na primeira encontrou 49 indivíduos entre homens, mulheres e crianças e viu plantações muito desenvolvidas de roçado e pomar. Na segunda achou de sertas suas 3 barracas, posto que rodeadas de muitas árvores frutíferas e tendo nos fundos uma grande roça. Ao aspecto de abandono dessa paragem poz-se a examina-la com cuidado e descobriu indícios muito positivos de queima de cadáveres. Posteriormente teve explicação do caso pelos índios de Campina: uma grande epidemia de catarro, moléstia sempre fatal aos nossos selvagens, mataram quase todos os habitantes da aldeia. Os poucos que escaparam desapareceram do lugar"... (Op. cit.: 35-36).

Embora comunidade tão pequenas quanto essas não sejam raras entre os Karib da região, a informação refere-se claramente a aldeamentos perturbados pela proximidade de brancos e pela introdução de novas enfermidades. É possível que, nos dias atuais, a diminuição do território tribal e o aumento da pressão da população regional tenha determinado uma concentração maior dos grupos locais, pela necessidade da defesa comum, com um substancial aumento no tamanho das comunidades Waimiri. Quanto aos cálculos do total da população, aleatórios como possam ser esses dados, a bibliografia registra pelo menos duas estimativas: por volta de 1885 Barbosa Rodrigues calculava em cerca de 2,000 os habitantes das aldeias por ele visitadas, sem referir-se ao número das restantes. Numa revisão e atualização dos cálculos demográficos de Darcy Ribeiro para o total da população indígena brasileira em 1957, Dória e Ricardo estimam os Waimiri (com o sub-grupo Atruahi) em 2.000 indivíduos (Dória & Ricardo, 1972:32). Não são mencionadas as fontes utilizadas por esses autores. Por outro lado, não foram, até o momento, divulgados cálculos da FUNAI, que, por sua atuação na área, dispõe certamente de dados para uma avaliação mais correta da situação demográfica dos índios Waimiri.

Em relação à documentação que abaixo se transcreve, deve ser dito que, das relações entre os Waimiri e a sociedade regional, emergem dois padrões de comportamento absolutamente distintos: quase sempre pacífico quando o contato se faz fora do território tribal e invariavelmente tenso e hostil quando o contato se dá no interior da área indígena. Isso quer dizer que, a despeito do caráter geral das relações dos índios com a população regional (tradicionalmente da hostilidade), os Waimiri sempre se esforçam por manter contatos amistosos fora de suas terras (tomando repetidamente a iniciativa de se aproximarem pacificamente de viajantes ou núcleos de ocupação regional, apesar de, com a mesma frequência, serem repelidos de modo violento), enquanto resistem, via de regra, aos contatos no interior de seus territórios. Neste caso, quase sempre acabam por hostilizar ou forçar a retirada dos membros da sociedade regional que aí penetram.

A história das relações entre índios e brancos no vale do rio Negro tem uma característica distintiva, além do padrão usual de conflito e violência que a define genericamente na Amazônia: o fato de que aí, mais que em qualquer outra região, essas relações se subordinaram, de modo quase invariável, ao propósito de explorar a força de trabalho indígena, recrutada quase sempre por meios insidiosos ou coercitivos, e submetida sempre a condições de servidão. Desde meados do século XVII, as expedições a região do rio Negro concentraram-se na captura e descimento de escravos indígenas. Como mostra Arthur Cezar Ferreira Reis, em 1657 os jesuítas Francisco Vellozo e Manoel Pires estiveram no rio Negro, estabelecendo "boas relações com os Tarumás que habitavam o rio Negro, logrando reuni-los em missão perto da boca do rio Tarumá. A visitação ao Amazonas e Negro até os Tarumás, frutificando, rendeu seiscentos captivos e descidos; distribuídos pelos moradores do Pará..." (Ferreira Reis, 1931:45). As expedições posteriores de Arnau Villela, Costa Favella e outros tiveram idêntico sentido, apoiadas oficialmente pelo governo regional. A própria fundação da fortaleza da barra do rio Negro, que deu origem a Manaus, teve origem na escravização de índios. Foi mandada erigir pelo governador do Pará, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 1669: "garantia o domínio português na região e criava um registro para os índios escravizados pelos sertanistas que daí em diante teriam onde socorrer-se nos momentos críticos" (op.cit.:47).

A partir dessa época, os descimentos de grupos indígenas do rio Negro foram de tal monta que tribos inteiras se extinguíram, como sucedeu à dos Manao. O aliciamento coercitivo de índios deu origem a uma sucessão de revoltas indígenas, que não cessaram de ocorrer nos séculos XVIII e XIX, e motivaram a transferência de grupos inteiros para os territórios estrangeiros limítrofes. Um autor chama a atenção para a frequência do termo de língua geral "caiçara" (cerca), aplicado a várias localidades do rio Negro. Estes locais seriam pontos de reunião de indígenas descidos para os centros produtivos, referindo-se o termo, em sentido real ou figurado, aos currais

onde eram recolhidos e mantidos sob vigilância os índios prisioneiros (ver Rodrigues Ferreira: "Memória sobre os Uarequenas"; Martins: "Viagem pelo Brasil", vol. III: 4-, 294, 324; e Araújo Amazonas: "Dicionário...": 153).

Nesse quadro geral de violências, a história particular dos índios Waimiri avulta como uma seqüência infundável de conflitos, desde meados do século XIX, quando ocorrem os primeiros contatos com os grupos do rio Jauaperi, até os dias de hoje. Se há uma característica comum a todas essas informações, quase sempre de cunho oficial, será o fato de que maioria absoluta das agressões e massacres é obra da sociedade nacional e, frequentemente, de destacamentos policiais ou forças armadas. Os casos documentados de violência indígena são, quase todos, represália a ações anteriores da sociedade regional e foram invariavelmente seguidos por expedições punitivas de efeitos desproporcionalmente maiores que os fatos que as motivaram, Barbosa Rodrigues, que estabeleceu contato pacífico com esses índios por volta de 1880, resume o caráter das relações que eles mantinha a sociedade regional: "Pelo que acabo de expor, fica bem patente que foram a desumanidade dos civilizados, a perseguição, o fogo e a morte que fizeram com que o gentio se retraísse para as florestas e apresentam hoje uma geração selvagem em que o ódio perdurou avivado sempre pelo proceder daqueles que tinham a obrigação de estender-lhe a mão. A guerra de morte de que foram até hoje vítimas, a bala que sempre os afugentou do contato da civilização e abriu-lhes cicatrizes no corpo, os tornaram ferozes, terríveis e intratáveis. Ainda depois de, pela primeira vez, chegarem-se aos brancos, foram, como vimos a 7 de março de 1884, espingardeados. Como não querer a vingança? Como não exigir a maldade? Não sei se interesse havia ou há em conservá-los em estado selvagem, mas o certo é que o governo não teria improficuamente gasto centenas de contos de réis se disso não se tivesse tratado" (Barbosa Rodrigues, 1885:126).

Em janeiro de 1873, os Waimiri aproximaram-se da freguesia de Moura e nela penetraram. Toda a população fugiu espavori

da com o "assalto" que não produziu vítimas, a não ser um recém-nas-
cido, esquecido na pressa por seus pais. Este incidente, em si mes-
mo sem qualquer gravidade, no dizer de Barbosa Rodrigues "deu causa
à guerra de extermínio que os civilizados lhes moveram, não dando -
lhes quartel, sempre que chegavam ao alcance de suas armas" (Op.cit:
14).

O fato, que possivelmente seria ditado pelo desejo de
paz dos Índios, segundo testemunhas presenciais ouvidas por Barbosa
Rodrigues, deu origem a uma série de medidas despropositadas por
parte do governo da Província e de suas autoridades militares.

" Consta-me, por pessoas insuspeitas da localidade, ' que os Índios entraram por diferente pontos sem que ofendessem, mas que, correndo todos amedrontados e fazendo fogo, responderam a hostilidade. Achando o campo abandonado, assenhoram-se dele e levaram consigo o que puderam. Parece que, se em vez de tiros' fossem empregados outros meios, talvez não se desse o que se deu, porque penso que quem vem assaltar ' com um plano feito e inesperadamente, poderia fazer muitas vitimas na população descuidada, se o intento fosse o sangue e a morte. Pelo que ouvi de pes - soas insuspeitas, parece que vinham antes procurar' a paz. Chegando à capital a notícia do fato, pinta- do com as cores mais sombrias da palheta do noticia rista, o Presidente fez seguir imediatamente para Moura uma força do 3º de artilharia, unida a uma outra do corpo provisório, comandada pelo comandan- te das armas, brigadeiro João do Rego Barros Falcão que, além do estado maior, levou o médico Dr. Luiz Carneiro da Rocha e duas lanchas artilhadas... Fa - zendo restabelecer o pânico geral que tinha havido, o general dividiu a sua força e foi em procura dos fugitivos. Em um lago a lancha encontrou 11 ubás va

zias, que flutuavam, e grande número de corpos, que boiavam.

Foram as ubás metidas a pique. Oficialmente, diz-se que os tripulantes (índios) morreram afogados, porque não sabiam nadar, e se tinham precipitado n'agua ao aproximar-se a lancha. Porém, o que a tradição ainda conserva e o que ouvi por esse tempo em Manaus, foi que metralharam as canôas, matando a bala os que procuraram salvar-se a nado.

A verdade não sei. Seguindo uma força por terra e chegando ao Urubu-cuara, internou-se pelo mato. Encontrando o tenente Pastana os índios (1), começou às 9 horas da manhã um vivo fogo que terminou alta noite. Não consta oficialmente o número dos mortos, mas dizem que foi extraordinário (2). Nesta mesma data, o subdelegado de Tauá-peçaçu mandou bater os índios pelo Curuahu.

Restaurada a freguezia, começou então a estacionar ali annualmente, de Setembro a Março, uma lancha de guerra para protege-la.

A 29 de Outubro de 1874, sendo commandante do destacamento o tenente Antonio de Oliveira Horta, que tomara o commando a 27 de Março de 1873, appareceram nas immediações da freguezia novamente, os Crichanas, em número superior a 200, que foram mortos a bala, inclusive o chefe, ficando uma só praça ferida, a de nome Quintiliano José Pereira.

Esgotadas as munições, a 31 de Outubro de 1874, o referido commandante pediu ao commandante das armas mais 100 cartuchos embalados e 1.000 espoletas fulminantes. Não pondo em duvida a legalidade da defesa nem a veracidade do facto, contudo este, reunido ao de 1873, le

va a pensar que os Cricianas formam uma tribo de imbecis que não sabe remar, nadar e frechar. Vinte homens civilizados repeliam 200 índios assaltantes e somente tinham um ferido. É singular!

Onze dias depois, isto é, a 9 de Novembro, o mesmo commandante, com as 20 praças, atravessou o rio Negro e entrou pelo Jauapery a dar caça aos índios. Ahi encontrou cinco UBÁS que estavam encalhadas à margem e mandou destruí-las. No dia 12, encontrando mais duas, levou-as para a freguezia.

A 21 de Novembro, pelas 10 horas da manhã, ouviu-se um tiro e um grito de alarma: era da sentinella do destacamento que, avistando um índio na matta que fica por detrás da freguezia, matara-o e pedia socorro. Immediatamente o commandante, tenente Horta, reunindo a força, marchou contra os índios, "fazendo-os fugir incóntinente com perdas da parte delles, que, à proporção que iam caindo, eram logo carregados por outros". Não consta que houvesse um só ferimento na força civilizadora, nem que os índios procurassem ferir os moradores. Depois deste feito e com uma força de 34 homens, internou-se pelo matto, dando caça aos que escaparam. Com effeito, não tardou muito a encontrá-los, obrigando-os a se refugiar em uma lagôa, "onde fez vivo fogo sobre elles. Morreram muitos, feridos escaparam alguns, que se internaram pela matta." Ficando ahi abandonadas 12 UBÁS, foram nove picadas a machado e tres conduzidas como tropheus.

No dia seguinte, para que a população de Moura ficasse tranquillá, seguiu com a força para o theatro onde na véspera se dera o drama de sangue.

Ahi encontrou, segundo informações officiaes e segun-

do a opinião de uma praça, 23 índios feridos, todos escondidos entre a folhagem das árvores, onde estavam trepados silenciosos.

Então começou uma scena de cannibalismo! Eram caçadores entusiasmados ante um bando de guaribas!

Cada um quiz sua parte na caçada. Apontavam a arma, descarregavam e o pobre indio cahia no meio de gargalhadas geraes! Assim cahiram todos, à excepção de um que ficou preso a um galho. Depois desta matança, retiraram-se satisfeitos os civilisados, mas não tanto como parecia, porque, ainda a 23, voltaram para empilhar os corpos e lançar-lhes fogo, "escapando muitos outros que já estavam em estado de putrefacção dentro da lagôa."

Os corvos acabaram a obra civilisadora e ainda por muito tempo alvejavam pelas praias as ossadas dos infelizes Crichanás! O commandante do destacamento foi sempre auxiliado nessas excursões pelos Srs. Manoel Gonçalves, vulgo BICUDINHO, Hermogenes Rodrigues Pastana, Hermenegildo Rodrigues Pastana, e outros que em sua parte elogia.

Referiu-me o machinista Bruno que assistiu a todo esse feito como commandante da lancha, que saltou em terra com as praças que tinha a bordo, sob o commando do tenente Emillio Augusto de Oliveira, hoje fallecido, que no dia anterior um índio foi degolado pelo professor Arruda, outro esfaqueado por Camillo Gonçalves de Oliveira Netto, actual morador de Moura, outro preso à terra pelo pescoço, por meio de uma forquilha de pão, e que, depois de quasi todos cahirem mortalmente feridos, Manoel Gonçalves com uma arma reúna não perdia tiro, matando muitos no lago. Quando voltaram no

terceiro dia, trouxeram atravessado em uma ubá, a reboque da lancha, o cadaver de um indio que, arrastado por uma praça da freguezia, esteve em exposição, sendo depois lançado ao rio.

Censurando o commandante das armas o tenente llorta, este, em sua defesa, procurando justificar-se, diz: "desde 1873 tenho feito um estudo especial sobre os meios que me vêm às mãos como efficazes para ver si os faço chegar à falla, o que me não tem sido possível nem a ninguém".

Em 19 de Março de 1876, estando o pescador llermenegil do de Souza Brazil no lago Cururú, encontrou os indios mas, evitando-os, escondeu-se, e, aproveitando a escuridão da noite, fugiu sem ser offendido.

Indo a 16 de Dezembro do mesmo anno o commandante do destacamento de Moura ao rio Jauapery e encontrando uma UBÁ, fez immediatamente fogo sobre ella, obrigando os indios a fugir e aprisionando a UBÁ.

Isto consta da parte de 20 de Dezembro, mas a verdade é esta: nesse dia a lancha, commandada então pelo commandante do destacamento de Moura, tenente Maiaquias José Netto, sendo machinista F. Oliveira, chegando à bocca do lago Grande, perto de Tunuahu, encontrando uma UBÁ que parecia abandonada, ao encostar a lancha à terra, encalhou, sendo logo acometida pelos indios. Houve então vivo fogo de fuzilaria. Querendo os indios tomar a lancha, cobriram-na de frechas, pelo que a tripulação fugiu para os porões, depois de dar um tiro de metralha com o rodizio de prôa que, não estando preso pelo vergueiro, saltou no convez. Ficaram feridos alguns marinheiros e indios, morrendo muitos destes.

As informações disponíveis sobre as relações entre os Waimiri e a sociedade regional, colhidas de várias fontes, são aqui transcritas em ordem cronológica sem quaisquer comentários, de resto dispensáveis pelo caráter explícito dos textos. Vale, entretanto, uma observação adicional: o crescimento da população da área e sua valorização crescente, a partir do incremento da extração da borracha e outros produtos florestais, em fins do século passado, deram origem a novas tensões e conflitos na região do Jauaperi. Nesta nova fase, os conflitos eventuais cedem lugar a uma pressão permanente da população regional, com o objetivo de ocupar e explorar economicamente os territórios Waimiri.

Por volta de 1920, essa tendência já estava claramente configurada, como se pode ver do testemunho do indigenista Alípio Bandeira, um dos principais auxiliares de Rondon:

"Começou-se desde logo no lugar Tauacuera a construção de uma aldeia, na qual pouco a pouco se iam estabelecendo os índios à proporção que compreendiam as vantagens da nova situação.

Cinco anos depois, estando eles já localizados, cuidando das roças e engenhocas de que tiravam o principal sustento, quando já não constituíam perigo para ninguém, pareceu aos pescadores de riqueza que era tempo de invadirem o rio e tomar-lhes as terras férteis de muita coisa e principalmente do produto que a esse tempo mais dinheiro dava-a castanha. Foi assim que se introduziram no Jauapery, primeiro o engenheiro Antonio Crespo de Castro, com títulos definitos de dois grandes lotes e títulos provisórios de tres outros, e em seguida o agrimensor Epaminondas Gagliardi, com quatro lotes mais modestos. Ficaram os índios encurralados em uma nesga de terra que mal dava para um roçado e, como era natural, foram surgindo inconvenientes da vizinhança de que

estavam cercados. O Inspetor teve de mudar o posto, indo fundar um novo estabelecimento em Maháua, muito acima de Tauacuera.

A invasão continuou, porém. Em Outubro de 1921, Simplicio Coelho de Rezende Rubim, aproveitando a circunstância de ser governador do Estado o seu tio desembargador Rego Monteiro, associou-se a outros indivíduos para a exploração de castanhas e requereu grandes lotes cujos autos em Maio deste anno estavam na Secção de Terras para conferencia. Entraram assim no rio, justamente na sua melhor parte, além de Simplicio, Bezerra & Irmão, Gregorio Horta, José Francisco Soares Sobrinho, Guilherme Baird e outros.

O Inspetor Bento Lemos levantou-se contra essas clamorosas usurpações e protestou por todos os meios ao seu alcance, colocando-se decididamente na defesa dos direitos possessorios dos selvicolas.

O Snr. Rêgo Monteiro indignou-se da audacia do inspetor, que se atrevia a por embargos numa pretensão de um seu sobrinho, e não teve duvida - difamou-o clandestinamente em telegrama que passou ao Ministro da Agricultura, acusando-o de explorar castanhaes, como privilégio do seu cargo, em detrimento da concorrência natural, e de demarcar para ele, sob pretexto de fazel-o para os indios, terras já possuidas por civilizados.

O autor destas linhas, tendo sciencia dessa ignobil-trama, publicou no "Rio Jornal" um enorme artigo desmascarando-a do principio ao fim e desafiando os amigos do governador a que o contradisséssem.

O artigo causou, como era natural, espanto; havia no Rio de Janeiro senadores e deputados amazonenses, mas

nenhum tomou a defesa do Snr. Rego Monteiro: a acusação até agora, fazem 11 meses, está de pé.

As terras dos índios não ficaram por isto resguardadas, mas o inspetor não foi demitido, nem a Inspetoria suprimida, como desejava e pedia o governador, o qual fez, pelo Estado, todo o mal que podia: mandou revogar a lei número 941 de 16 de Outubro de 1917 que concedia aos índios as áreas por eles ocupadas em diversos rios.

Ficou, assim, autorizado a entregar a seu sobrinho Simplicio as cobiçadas terras do Jauapery. E aos dignos comparsas legisladores, votando ao sabor da vontade do seu amo, nem sequer ocorreu que armavam esse infiel magistrado de meios para assaltar até os pontos onde a Inspetoria já tem estabelecimentos fundados, pois a nova lei exclúe das concessões que se fazem aos selvícolas "as terras que já tenham sido concedidas pelo Estado e as que já estiverem cultivadas por qualquer pessoa com residencia habitual e cultura efetiva". Manhosa estratagemma com que se mascára a espoliação. Por exemplo: - O Serviço de Proteção aos Índios, como se deu no Jauapery, pacifica uma tribo que pela sua presença segregava da civilização um rio inteiro. Depois de algum tempo e penoso trabalho, localisa os selvagens num certo ponto: abre campos, faz estradas, constróe barracas, levanta e demarca o trecho que lhe parece indispensável, e requer a respectiva concessão.

O governo embaraça e protela. Nisto aparece o requerimento do parente ou amigo do governador: o Estado concede-lhe aquele mesmo trecho assim preparado e, como já foi concedido pelo Estado, ha que desalojar e expulsar os selvícolas!

Essas extorsões legais de terras de gentios e de lavradores pobres são coisa muito comum no Amazonas, em Mato Grosso e em quasi todos os Estados.

Um antecessor do Srr. Rego Monteiro e cujo nome em homenagem à delicadeza feminina aqui se oculta, não se pejou de fazel-as em beneficio de sua propria esposa. O bispo Aquino Corrêa não trepidou em pratica-la contra uma brasileira pauperrima em proveito da sua riquissima congregação. - (Alipio Bandeira, op.cit : 38-40)“

Relatórios posteriores do SPI, transcritos na parte documental, testemunham a continuidade dos esforços de penetração e apossamento das áreas indígenas. A permanência desse quadro é agravada pelas violências impunes contra os índios, que se estendem, na área, praticamente aos dias de hoje. A violência como norma habitual de conduta em relação aos Waimiri e as tentativas reiteradas de ocupação de seus territórios constituem os determinantes essenciais da hostilidade indígena.

A experiência histórica tem demonstrado que os atos de retaliação indígena se dirigem genericamente contra toda a sociedade regional e não meramente contra os indivíduos ou setores responsáveis pelas violências ou agravos sofridos.

No âmbito restrito dessa informação não cabe, certamente, uma análise do conjunto de circunstâncias que conduziram ao infortunado sacrifício de Gilberto Pinto e de seus companheiros. Parece certo, entretanto, que essas causas se vinculam essencialmente ao quadro geral de suspeição e de violência que tem definido as relações entre os índios e a sociedade regional.

Recentemente, um dos mais experimentados especialistas da FUNAI na área amazônica formulou a hipótese de que o atentado à equipe de pacificação entre os Waimiri teria, como causa próxima, uma visita que um chefe indígena Waimiri fez a Manaus em com

panhia de Gilberto Pinto. Na volta, o avião que os conduzia acompanhou o curso da rodovia em construção que corta a área Waimiri. Pôde assim o chefe indígena ter uma visão clara do devassamento definitivo de seu território, tornado possível pela estrada e ampliado pelo desmatamento e a implantação de estabelecimentos agro pastoris às suas margens. Esse fato teria provocado o clima de exaltação que culminou com o ataque aos funcionários da FUNAI, alguns dias mais tarde? (IN - Informações sobre os Índios Waimiri-Atroari de Carlos Madeira Netto - Proc. Funai/BSB/3655/75).

2 - B=Ocupação da Área pelo Grupo Indígena

A ausência de um trabalho antropológico não nos permite dizer, a extensão da área efetivamente ocupada pelos Waimiri Atroari de acordo com seus usos, costumes, tradições tribais e atividades econômicas de subsistência como a caça, a pesca e a agricultura.

A única referência que temos sobre ocupação efetiva são as malocas, cujas localizações passamos a apresentar agora:

Próximo ao Posto Indígena de Atração Camanaú no igarapé da maloca, a uma distância de mais ou menos 20 Km está situada a Frente Avançada Maré. Existe aí um pequeno aldeamento dos indígenas Waimiri, constituído de duas malocas. Este aldeamento foi construído em maio/81 por um grupo de 35 indígenas composto de 12 adultos (5 homens e 7 mulheres) e 25 menores de mais ou menos 10 anos de idade. Segundo informação do coordenador do NAWA, estes Waimiri abandonaram espontaneamente a velha maloca no interior da mata para construir estas, sob a liderança dos Capitães Mimi-WANA TI. Num raio de 45 Km dessa Frente Avançada, acima do igarapé do Travessão existem 7 malocas e 5 clareiras, e 3 malocas em construção. As clareiras representam o local de malocas antigas já abandonadas pelos indígenas, mas que continuam a serem utilizadas por estes como área de roça.

No Posto Indígena de Atração Abonari existe um aldeamento provisório composto de 3 malocas. Estas foram construídas com a iniciativa dos próprios indígenas com a finalidade de melhor se abrigarem durante suas visitas periódicas ao PIA. Alguns desses indígenas já fixaram residência nessas malocas. Num raio de 30 Km desse aldeamento, nas cabeceiras dos igarapés formadores do igarapé Santo Antonio do Abonari, existem outras 5 malocas e 7 clareiras.

O aldeamento TAQUARI pertencente a Frente Avançada do PIA Abonari situa-se no Km 326 na margem direita da BR-174. Es-

se aldeamento composto de 3 malocas, foi construído em novembro/80 pelos próprios indígenas Waimiri que desenvolvem neste local uma agricultura de subsistência. As malocas localizam-se a uma distância aproximada de 1 Km do Posto de Vigilância situado na margem da rodovia. O acesso a elas é feito por um passadiço ou caminho construído com o auxílio de paus roliços de árvores cortadas em tocos de comprimento igual a largura da estiva, acomodados bem juntos uns dos outros e amarrados entre si com cipós nas extremidades.

No Posto Indígena de Atração Alalaú também existe um aldeamento recente de Waimiri na sua Frente Avançada. A uma distância de aproximadamente 45 Km existem 3 malocas, dentro da mata, que se localizam nos igarapés sem nome, afluentes da margem esquerda do rio Alalaú.

Na margem esquerda da BR-174, numa área que já foi ocupada em terras passadas pelos Atroari existe o aldeamento YAWARA dos indígenas Atroari. Este aldeamento é constituído de 3 malocas que se localizam a uns 3 Km do Posto de Vigilância Terraplanagem situado na margem direita da BR-174, Manaus - Caracaraí. O acesso a essas malocas é também por meio de um passadiço. Próximo às malocas existe um igarapé com o mesmo nome do aldeamento. A escolha deste local foi feita pelos capitães Viana, Maroaga e por alguns anciões.

Na área de acréscimo de nº 2 existem 8 malocas de indígenas Atroari, próxima a margem esquerda do igarapé Pinheiro.

Estão sendo planejada a construção de novas malocas nas proximidades do Posto de Vigilância Jundiá, na altura do Km 234 na margem direita da BR e também próxima ao PIA Alalaú. Essas regiões têm terras férteis e castanhais produtivos.

As áreas de caça e pesca, utilizadas por estes indígenas são difíceis de serem identificadas por não se ter um contato mais efetivo com eles.

3 - Mágico / Religioso

É impossível descrever todos os elos mágico-religiosos mantidos pelo grupo indígena Waimiri-Atroari e sua situação a determinados sítios.

Os Waimiri-Atroari queimam os cadáveres, pois segundo eles, enterrando os mortos toda vez que passar pelo local ter-se-á a lembrança da pessoa enterrada o que não acontece quando ela é cremada: ela sobe aos céus com a fumaça. A cremação é feita geralmente no meio do roçado. Os Waimiri também enterram seus mortos.

Quando existe casos de doenças grave, isolam o doente em sua "Maquera" na parte da maloca que abriga a sua família, colocando uma pena de gavião na varanda da rede e uma cuia de água no chão para o doente beber quando tiver sede, evitando o contato físico com o doente.

Têm também algumas festas com danças musicadas, cânticos e muita comida que duram vários dias e noites nas malocas centrais.

Outro fato que se pode chamar de ritual é a proibição dos homens alimentarem-se de carnes de certos animais quando têm filhos recém-nascidos.

4 - DEMOGRAFIA

Embora a atração dos Waimiri-Atroari venha se processando há bastante tempo com algumas interrupções temporárias a Frente de Atração não possui dados reais sobre o número de indígenas, em virtude de não ter sido possível até o presente momento fazer uma visita as malocas centrais localizadas nas cabeceiras dos rios Alalaú, Camanaú, Santo Antonio de Abonari,...

Calcula-se que a população Waimiri-Atroari é de aproximadamente 900 indígenas sendo 500 do grupo Waimiri e 400 do grupo Atroari, com um grande número de crianças.

Mesmo nos aldeamentos existentes nas Frentes de Atração próximas aos PIA'S é difícil dizer o número exato de indígenas devido a grande mobilidade dos mesmos.

Segundo observações do coordenador dessa Frente de Atração, as malocas desses aldeamentos são habitadas por membros de várias famílias extensas existindo em algumas delas mais de um capitão. O número de malocas nesses aldeamentos varia de acordo com o número de familiares.

Nas clareiras centrais, localizadas no interior da área ocupada dos Waimiri-Atroari, existem normalmente uma maloca em cada clareira e estas ficam distantes uns dos outros.

PIA CAMANAÚ

Aldeamento da Frente Avançada MARÉ

Grupo Waimiri

NOME		IDADE	SEXO
PORTUGUES	INDÍGENA		
GRACIETE	KAYA - BAXI	13	F
-	ASOÁME	10	F
-	DJÁ - ME	7	F

Nessa Frente de Atração existem 12 famílias extensas constituídas por:

Capitão Mimi = 9 elementos
 " Antonio = 7 elementos
 " Comprido = 11 elementos
 " Maiko + 3 cunhados
 " , Kami-Bra = 4 elementos
 " Camilo = 4 elementos
 " Geraldo = 3 elementos
 " Zé = 6 elementos .

João + Elza + irmão

Carlos

Pedro + esposa + filhos

Total = 60 elementos.

PIA SANTO ANTONIO DE ABONARI

Aldeamento da Frente Avançada TAQUARI grupo Waimiri.

Composição:

5 famílias

Tomas + Jabaman

Maurício + Mairênum

Raimundo + Bucabiá

Iapunon + Uarubá

Massanã + Pedrosa + Aiá.

6 homens adultos

Tomás

Maurício

Raimundo

Pedrosa

Massanan

Iapunon

AMB/ccr.

NOME		IDADE	SEXO
PORTUGUES	INDÍGENA		
-	YAMUNDÁ	8	F
-	ABANÁ	8	F
-	MADÉ	9	F
-	Y - ÉME	5	F
-	ÉM - NA	4	F
-	WARUBÁ	3	F
-	ASOÁ - ME	3	F
-	WABIXÍ	4	F
-	MAXÁ	4	F
-	TABION	6	F
-	MAHARÁ	5	F
-	TAWARI	6	M
-	AMIXÁ	7	M
-	YAWÁ	3	M
-	TUKEINÁ	3	M
FERNANDO	TOCAXINÁ	13	M
ROSILOALOLO	NAHANÁ	12	M
-	WARUBÉ	13	M
-	PITCHOÃ	11	M
-	DIÁ	11	M
GETÚLIO	DIRÁ	10	M
OSWALDO	ABOJÉ	13	M
	BIRIBIÁ	14	M
	KABARÁ	15	M
	TABÉ	23	M
	WAKARÉ	20	M
COMPRIDO	WASANI	35	M
MIMI	WANATI	36	M casou-se com Minua-na

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

NOME		IDADE	SEXO
PORTUGUES	INDÍGENA		
GERALDO	PIANAMÚ	20	M
ANTONIO	KETNÁ	25	M
	KAMI-ARÁ	-	M
CAMILO	PRAT-CHI	23	M
PEDRO	BIXIKYÁ	29	M
JOSÉ	YAWARI	25	M
JOÃO	WABIRI-XI	20	M
ZÉ	KAMARWÁ	20	M
ZÉ CAMANAÚ	ARI-Ê	20	M
	KAI EB-SÊ	38	F
	MÃE (?)	1	F
	MIMA-NA	18	F
ROSA	(?)	1	F
	TÉPE	35	F
FÁTIMA	YAR-MÉ	20	F
DAVI	(?)	1	M
	WAKSI-KARÁ	22	F
	(?)	1	F
	Y-WASINÃ	24	F
	(?)	1	F
	Y-WERENE-KARA	23	F
	WA-WA	25	F
	(?)	1	M
	AG-YÁ	35	F
	(?)	1	M
	YAM-NDÁ	40	M
WANDER	YAMTE-ME	19	F
	MORUSÁ	14	F
EIZA	MORU-MÉ	20	F casou-se com João

MOD. 115

AMB/ccr.

J

6 mulheres adultas

labanam

Bucobía

Mairêmun

Aiá

Uarubá

Pian

5 menores masculinos

Feliciano

Chico

Barabá

Macapá

Pedrinho

10 menores femininos

Xiricumemén

Maiô

Uairuêmen

Abemême

Macuman

Narún

Rúriurítici

Ididié

Iêmun

Bischiquiá

Total da População = 27 indígenas.

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Os homens Waimiri-Atroari são de compleição forte , com uma estatura que varia de 1,60 a 1,80 mts de altura. Sua tez é morena, cor de jambo, apresentando cabelos pretos.

f

Antigamente usavam a cabeça raspada pouco acima da orelha. Viviam desnudos usando apenas uma espécie de cinto de cipó de titica amarrado em voltas sucessivas na cintura e de um cordão que passa entre as pernas amarrado ao cinto de cipó titica à frente e atrás. Os indígenas com os quais tivemos contato, e que são aqueles que vivem próximos aos postos vestem shorts e calçam sandálias havaianas na sua maioria. Muitos usam camisetas.

As mulheres tem quadris estreitos e busto não muito grande enquanto os homens tem ombros largos, pernas e braços longos e quadris afinados.

As mulheres usam uma tanga de caroços de bacabá (fruta natural da região), presas a um tecido de tucum. Essa tanga cobre apenas a parte dianteira e é amarrada à cintura por um cordão de tucum. Muitas das indígenas que tivemos acesso ainda usam essa tanga. A maioria veste shorts e algumas até vestidos.

ALIMENTAÇÃO

Alimentam-se basicamente da caça e da pesca e dos produtos da agricultura de subsistência plantados por eles. Carecem de uma alimentação adequada que determina períodos de fome.

5 - ORGANIZAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA

Por ser ainda um grupo isolado sem nenhum estudo antropológico quase nada se sabe a respeito da organização social e política do grupo indígena Waimiri-Atroari.

As malocas são constituídas por várias famílias extensas podendo existir numa mesma maloca ou aldeamento mais de um capitão. Dentre esses capitães existe aquele que tem uma liderança maior sobre o grupo. Parece que o poder desse capitão não transcende a maloca ou o aldeamento. A respeito de como é escolhido o capitão nada podemos dizer.

A organização social Waimiri-Atroari é patrilinear e parece não existir restrições de casamento entre os habitantes das várias malocas, inclusive entre as malocas Waimiri-Atroari. O casamento é poligâmico em relação ao homem.

Existe uma grande mobilidade dos Waimiri-Atroari na área. Se é o esgotamento do solo, a cisão política ou a morte de algum indígena que levam a formação de novas malocas e a destruição das antigas nada podemos afirmar.

As roças existentes nas clareiras das antigas malocas continuam a ser utilizadas pelos indígenas, que voltam a elas sempre que necessitam de alimentos.

Devido a essa grande mobilidade dos indígenas na área, uma área atualmente não utilizada, poderá amanhã estar plenamente ocupada.

6 - ASPECTO SÓCIO-ECONÔMICO

Atividades Econômicas de Subsistência

Os Waimiri-Atroari têm como atividade econômica de subsistência a agricultura, a caça, a pesca e a coleta. Existe uma divisão comunitária do produto entre as famílias das malocas ou aldeamentos.

Agricultura

A agricultura de subsistência é praticada por todo o grupo Waimiri-Atroari, utilizando-se de métodos e instrumentos rudimentares. Normalmente a roça fica em volta da maloca, na mesma clareira. Nos aldeamentos as roças se concentram no espaço existente entre as malocas e o Posto da FUNAI.

Produzem mandioca, macaxeira, cana-de-açúcar, ananás, cará, batata doce, milho, abóbora e frutos como o abacaxi, mamão e bananas.

A técnica utilizada é o sistema de coivara: desmata-se um trecho da floresta formando uma clareira, deixando secar a madeira durante algumas semanas. Em seguida a área é limpa e a vegetação queimada. Esse trabalho é normalmente realizado pelos homens utilizando-se de machados e terçados, usando como adubo apenas as cinzas da vegetação queimada. O plantio coincide com as primeiras chuvas de novembro e dezembro, é realizado pelos homens auxiliados pelas mulheres e crianças. Periodicamente fazem as limpezas do terreno eliminando as plantas daninhas.

A colheita, realizada pelo homem é parcelada de acordo com necessidades do grupo doméstico não fazendo a colheita total ou armazenamento dos produtos. O processamento de mandioca é feito na maioria das vezes pelas mulheres. Colhem a raiz de manhã cedo e a descascam quando chegam a maloca. Usam para ralar a mandioca uma tábua de madeira incrustada de pedras em forma de dentes e juntam a polpa em esteiras. Depois espremem a polpa numa pe-

neira com um pouco d'água para remover parte do suco venenoso. O resto do veneno é extraído fazendo a massa passar por uma cesta tubular flexível, chamada tipiti. Os torrões cilíndricos que saem são postos para secar numa prateleira acima do fogão e, depois, pulverizados num pilão de madeira. Depois de peneirada, a farinha é comida pura ou misturada com água ou assada de diversas maneiras.

Com a farinha de mandioca se faz o beiju espalhando uma camada de massa esfarinhada, numa assadeira de cerâmica. Quando a parte de baixo fica tostada, vira-se para assar o outro lado que depois é posta ao sol para secar durante algum-tempo. O beijú é comido em pedaços enrolado com recheio de peixe ou carne. Este é o "pão" indígena.

Nos aldeamentos existentes próximos aos postos da FUNAI existe uma casa de farinha o que modifica de alguma forma o processamento da mandioca. A mandioca ou macaxeira é colocada de molho com casca num tanque cheio d'água durante 4 ou 5 dias. Tira da água, descasca, colocando numa caixa de madeira para escorrer a água durante uma 1/2 hora. A massa é colocada na prensa ou no tipiti para escorrer a água (o tucupi com o qual fazem bebida). A massa é tirada da prensa e colocada na caixa onde é feito a peneiração, da farinha, colocando-a depois no forno para torrar.

Caça e Pesca

Os índios caçam para sua subsistência animais selvagens como a anta, macaco, porco, pássaro, tracajás (e seus ovos), paca, capivara, jacaré, inhambú, jacú, cujubim, tatu canastra, etc. Pescam traíra, piranha, piraíbas, tucunaré, paraquês, pirarara, surubim, pacu, sardinha, pirarucu, etc, utilizando-se nestas atividades, arcos e flexas sem venenos.

Não usam armadilhas e sua técnica para a caça e pesca consiste na quase imobilidade do caçador ou pescador, que fissa o peixe ou o animal quando este se aproxima de alguma isca co-

locada pelo índio.

A caça e a pesca são atividades do homem que se deslocam de um lado para outro devido a escassez de caça e pesca principalmente na época de cheia, conseguindo tais produtos bastante distantes da maloca.

A coleta é uma fonte secundária de alimentos e não se costuma sair da maloca com esse objetivo. Comem na estação própria, os frutos das palmeiras, o mel de abelha, a castanha, etc. Embora pouco comum na região, a castanha é bastante apreciada por esses indígenas. Com o buriti fazem uma bola que é colocada ao sol para secar e que serve para fazer um vinho que tomam com farinha, conservando-se nesta forma de bola durante muito tempo.

A coleta é realizada quando saem para caçar ou pescar pela floresta. A caça e a pesca são realizadas individualmente e os produtos que conseguem são divididos entre seus familiares, servindo também para a troca.

Artesanato

O artesanato é feito normalmente para o uso e eventualmente para a troca. Os utensílios domésticos são feitos de palha, cipó titica, fibra vegetal, etc. produzindo cestas, balaies, "jamaxis", "maqueras", tipiti, peneiras, cintas, etc.

A cestaria é feita com talas de arumã ou cipó titica com diversos desenhos geométricos e os principais produtos confeccionados são:

Jamaxi - espécie de cesto de forma comprida, onde carregam seus pertences quando em viagem. São feitos de talas de arumã e cipó de timboaquí, com alças para o peito e para a cabeça. Chamam-no de "Oyépe".

Tipiti - São tubos fechados em uma extremidade e que se destinam à produção de farinha de mandioca servindo para guardar a mandioca depois de ralada. Também são feitos de tala de arumã trançada, medindo cerca de 1 à 2 mts. Nome indí

gena "NATAPI".

Maguêra - é a rede de dormir, feita de tucum, em formato de malha com espaços de 8 a 10 cm², e bastantes resistentes. É feita também com fibra de caruá ou palha de buriti. Nome indígena: "SARUNKÁ". Com cipó de "marumã", fazem balaios com padrões geométricos, peneiras com 30 a 40 cm de diâmetro, Abano, de nome indígena MATETÉ, MARERÊ e URUF, respectivamente, e cesto de cipó - "TI-OÍ" para colocar passarinhos.

Com a madeira, confeccionam arcos, flexas, remos para suas "ubás" (canoas) que são também feitos de madeira. Para fazer estas "ubás" usam machados e enxó-goias para desbastar o tronco, construindo uma canoa com fundo chato e a proa e a popa côncava.

Os arcos são feitos de âmago de madeira, principalmente de "pau-darco", desbastando-o com um terçado até o âmago, passando depois uma arcada dentária do queixada ou do catitu, para aplainar e dar forma final do arco. A corda é feita de "curumã".

As flexas são constituídas de 3 partes = a flexa ou o bambu que consiste numa taboca ou flexeira, com cerca de 1 metro; o gomo feito de âmago de madeira introduzido no bambu e preso com serol (resinas vegetal e cerado mel de abelha) e finalmente a ponta que é feita de madeira osso ou feno.

Confeccionam normalmente vários tipos de flexas.

1. Flexa tipo lança caniço e penas: Usam pau de "parica", chamam na PURIUA ou MAPURU. É Waimiri e utilizada para caça pequena. Tem aproximadamente 1,21 mts.

2. Flexa tipo lança com esporão com penas: Tem a ponta de terçado e é Atroari.

MAIÁ, PITRE - É, KUÁ(m) é seu nome indígena. Mede 1,24 mts. é utilizada para caça grande. Os Waimiri ao invés de usar terçado para fazer a porta, utilizam-se de mala de caminhão. Tem penas de mutum.

3. Flexa - ponta de cima sem penas com vergalhão de ferro. É Waimiri MORIKE é seu nome. Usam-na para a pesca e mede 1,45 mts.
4. Flexa - ponta fina com penas, usam pau de "paricá" e penas de arara. É usada para caçar pássaros grandes, tem 1,44 de comprimento. É Waimiri e seu nome é PURUÁ e MAMBÁ.

As penas das flexas podem ser de mutum, gavião, arara e papagaio. A linha usada para segurar as penas e as pontas são de linha de fibra "KARAVÁ", cobertas de breú.

Para a confecção de flexas com pontas de ferro utilizam vergalhões, pontas de facas, facões, e até de bisturis cirúrgico de origem estrangeira e brasileira. A escassez deste material, outrora farto e até fornecido pelos agentes da SPI e FUNAI levá-os a retomar ao uso de matéria-prima original: Vegetais e cêra de mel de abelha para fixar as penas nas flexas; As flexas nunca são envenenadas e destinam-se quase sempre a caça e a pesca. A produção de cerâmica restringe-se a panelas em formato redondo sem alça, com enfeites de URUÇU em algumas delas. São feitas de barro, assim como uma espécie de frigideira que consiste num disco de barro onde cozinham seus beijos.

Fazem também uma flauta rudimentar com taboca, com cerca de 50 cm e com 5 ou 6 furos.

De um modo geral todos os indígenas trabalham nessas diversas atividades com uma rudimentar divisão de trabalho:

DIVISÃO DE TRABALHO ENTRE OS WAIMIRI-ATROARI.

TAREFAS	HOMEENS	MULHERES
DE SUBSISTÊNCIA		
CAÇA	+	
PESCA	+	
COLETA	+	+
PREPARO DE ROÇA	+	
PLANTIO	+	+

J

TAREFAS	HOmens	MULHERES
<u>De Subsistência</u>		
LIMPEZA DA ROÇA	+	+
COLHEITA	+	+
<u>Doméstica</u>		
BUSCAR LENHA		+
CUIDAR DAS CRIANÇAS		+
BUSCAR ÁGUA		+
PREPARO DE ALIMENTAÇÃO	+	+
<u>Artesanato</u>		
TEAR REDES		+
ARCO E FLEXA	+	
JAMAXI, TIPITIS	+	
CERÂMICA	+	+

MALOCA

As malocas dos Waimiri-Atroari são construídas de troncos fincados no chão, de espaço a espaço, sustentando uma cobertura de palha de ubim trançada.

Têm a forma oval ou redonda, com 2 portas uma para o nascente e outra para o poente.

Internamente as malocas contêm divisões que são esteiras simples fincados no chão que servem também para dar apoio as maqueras que ficam atados nestes esteios.

A maloca é um sistema de moradia comunal.

6 - INTEGRAÇÃO SOCIAL ENTRE OS WAIMIRI-ATROARI E OUTROS GRUPOSA - WAIMIRI-ATROARI X SATERÉ-MUNDURUKU

Há aproximadamente a 3 anos atrás, a 1ª DR transferiu para o PI Camanaú, um grupo de Saterés, originários PI Andirá por motivo de desentendimento entre os mesmos e as lideranças saterés. Este grupo composto de 15 elementos ocupou uma área na foz do rio Camanaú, denominada Vila Batista, quase em frente ao Posto Indígena de atração dos Waimiri-Atroari. Com a chegada de outras famílias este grupo se totalizou em 130 indígenas composto de 25 homens, 30 mulheres e 57 crianças.

Este aumento populacional trouxe problemas de alimentação, de saúde, de educação para a comunidade da Vila Batista. A caça e a pesca, escassa na área, levou-os a invadir a reserva dos Waimiris, acima do Rio Curiaú. Alguns Saterés chegaram inclusive a invadir as reservas dos Waimiri no mês de junho para caçar peles de animais vendendo-as posteriormente para os regatões contrabandistas da região. Essa caça predatória além de introduzir invasores na área sul da reserva dos Waimiri-Atroari, poderia causar futuros conflitos com estes indígenas.

O grupo dos Saterés, como intencionavam permanecer nessa área pressionaram o coordenador dos Waimiri-Atroari a mostrar-lhes os limites da área de pesca, caça e agricultura reservada para eles. Foi-lhes esclarecido pelo coordenador do NAWA que a FUNAI não tinha condições de "demarcar" uma nova reserva indígena próxima a dos Waimiri-Atroari e menos ainda alargar a dos Waimiri/Atroari para eles.

Outro grande problema causado por esse grupo a comunidade dos Waimiri-Atroari além da transmissão de doenças (como doenças venéreas, coqueluche, malária e outras doenças infantis) é a troca de artesanato entre os grupos para futura comercialização dos mesmos com os regatões como se fossem confeccionados pelos Saterés.

Em decorrência destes problemas provocados pelo grupo de Saterés-Munduruku no rio Camanaú, relatados em relatório pelo coordenador do NAWA foram transferidos para o PI Laranjal em maio de 1981, depois de várias reuniões com o coordenador do NAWA 63 desses indígenas permanecendo ainda na Vila Batista do PI Camanaú, 60 Saterés-Munduruku aguardando transferência para o PI Laranjal.

B - WAIMIRI/ATROARI X WAI-WAI

Os Wai-Wai vindos da Guiana há uns 3 anos se dividiram em dois grupos: O primeiro grupo foi para o vale do Mapuera (PA) e o outro ocupou as margens do rio Anauá (RR) próximo a fronteira internacional e ao local onde a FAB construiu uma pista de pouso. Depois deste primeiro grupo, vieram outros que aumentaram a população do Vale do Mapuera, constituída hoje de 600 Wai-Wai e a do rio Anauá de 200 indígenas.

No rio Anauá existe o MEVA - Missão Evangélica do Vale Amazônico que sob a coordenação do pastor protestante Sr. Donald, evangeliza os Wai-Wai.

Estes, bastante aculturados, já usam roupas, ferramentas sofisticadas, casas individuais, medicamentos, etc. Pertencem a mesma família linguística Karib e ocupam o mesmo habitat cultural dos Waimiri-Atroari.

Devido a essas semelhanças, os Wai-Wai são os únicos indígenas que mantêm contatos amistosos com os Waimiri-Atroari, visitando-os de vez em quando.

No início de 1976, o maior líder da nação Wai-Wai - tuxaua KRIFAKA - manifestou desejo de ajudar a FUNAI na atração dos Waimiri-Atroari. O contato entre este Tuxaua e os sertanistas da Frente de Atração dos Waimiri-Atroari foi realizado em outubro de 76. Segundo informações do coordenador do NAWA parece que por detrás do desejo dos Wai-Wai em ajudar os Waimiri-Atroari, existem outras vontades com objetivos específicos de catequese missionária.

A

nária por parte do MEVA.

As visitas dos Wai-Wai para a reserva dos Waimiri - Atroari decresceu nos últimos tempos ao passo que o deslocamento dos Waimiri-Atroari para a área dos Wai-Wai aumentou consideravelmente. A distância entre as áreas destes dois grupos indígenas é de aproximadamente 350 Km. Utilizam para essas visitas os caminhos tradicionais da mata e só ultimamente, incentivados pelos Wai-Wai estão fazendo uso de caronas, sobretudo no retorno de Anauá, o que muito preocupa a coordenação do NAWA.

O contato dos Wai-Wai com os Waimiri-Atroari segundo este coordenador está causando uma série de mudanças no comportamento social dos primeiros: liderança religiosa imposta, introdução de elementos anti-culturais como o uso de miçangas, uso de carona na estrada em lugar dos caminhos tradicionais, uso de roupas em demasia, comércio de artesanato, uso da reza em lugar das atividades de agricultura, caça e pesca destinados a sobrevivência do grupo, estão descaracterizando a cultura dos Waimiri-Atroari e também aos indígenas Wai-Wai pois ao que parece o MEVA não está preservando os valores religiosos e culturais deste grupo indígena.

C - WAIMIRI/ATROARI X FUNAI FRENTE DE ATRAÇÃO

O processo de atração dos índios Waimiri-Atroari pode ser caracterizado em fases distintas.

No início deste século o SPI - Serviço de Proteção aos Índios já iniciava um processo de aculturação com os Waimiri-Atroari, ensinando a esses indígenas novas técnicas de agricultura e alguns vocábulos da língua portuguesa. Alguns indígenas encontram-se no PI Manuá, quando policiais e civilizados invadiram este PI prendendo o chefe do Posto que opunha as arbitrariedades de alguns políticos do Amazonas.

Rompeu-se dessa forma, o contato que existia entre

os Waimiri-Atroari e o SPI, fazendo com que os primeiros tornassem novamente arredios e isolados.

Uma segunda fase de atração inicia sob a orientação de Gilberto Pinto Figueiredo Costa que desde os 15 anos de idade trabalhava com índios. Sua técnica de contato era bastante simples "ser honesto com os indígenas e procurar entendê-los da melhor forma possível". Essa frente visava preparar os índios para o contato com os trabalhadores da BR-174. Em julho de 1968, sobrevoa uma das malocas Waimiri-Atroari existente na área que seria cortada pela futura rodovia lançando sacos contendo brindes (anzóis, linha de pesca, fósforo, etc.) recolhidos pelos índios. Um segundo contato é realizado quando Gilberto Figueiredo e mais quatro sertanista encontram um Waimiri-Atroari numa ubá no rio Santo Antonio do Abonari e se aproxima da expedição levando-o até a sua maloca, efetuando troca de brindes.

Os contatos passaram a se desenvolverem normalmente* até 3 de outubro de 1968, quando o padre João Calleri da Prelazia de Roraima assume os trabalhos de atração substituindo Gilberto Figueiredo que é transferido para uma outra missão.

Segundo padre Calleri, "Índio não se pacifica - porque vive em paz em suas terras", mas havia a intensão declarada em seus planos de afastar as malocas Waimiri-Atroari da área de movimento da BR-174, tirando-os de suas terras e portanto de sua paz.

O plano de padre Calleri de autoria da Prelazia de Roraima, da FUNAI, do DNER, do ITERAM, do Ministério da Aeronáutica e do grupamento Especial de Fronteiras do Exército, objetivava a integração da Amazônia facilitando a construção da BR-174.

Dois meses depois de assumir os trabalhos de atração, em dezembro de 1968, a expedição do Padre Calleri (composta de 7 homens e 1 mulher, é trucidada pelos Waimiri-Atroari, que se afastam do PI Camanaú, tornando-se arredios ao contato com o branco.

Segundo um mateiro, sobrevivente dessa expedição, "os índios estavam considerando os brancos como invasores de seu

território e o padre Calleri não atendia aos apelos dos índios para abandonar a área habitada por eles."

Outro sertanista, Waldir Serejo disse que foi a imprudência do padre Calleri que provocou a chacina.

Em junho/69, Gilberto Figueiredo inicia uma nova fase de Atração dos Waimiri-Atroari, organizando uma expedição para contatar índios no alto rio Camanaú, o que foi conseguido em julho de 69. Após esse primeiro contato vários outros foram realizados com visitas periódicas dos Waimiri-Atroari aos postos indígenas da região e visitas da Frente de Atração as malocas do Camanaú com trocas de brindes e artesanatos.

Após a recuperação do PIA Camanaú, em 1970, que funcionava em estado precário, foram criados outros postos indígenas visando a cobertura dos trabalhos da BR-174. Ainda em 1970, chegavam no PI Camanaú 28 índios comandados pelos capitães Maruaga, Mina, Cândido e Raimundo, com trocas de brindes e visitas às malocas.

Em dezembro/70 foi instalado o PIA Alalaú que passou a funcionar normalmente após os primeiros contatos com os Waimiri/Atroari em setembro/72. Antes destes contatos, a Frente de Atração deixava brindes neste posto que ficava com a janela aberta para os mesmos poderem entrar e apanhar os brindes.

O PIA Santo Antonio de Abonari foi instalado em maio de 72 no local onde ocorreu o massacre do padre Calleri. Nessa mesma ocasião, conseguiu-se o primeiro contato com os indígenas dessa região.

Daí em diante os contatos tornaram-se frequentes com os índios aceitando "naturalmente" as visitas de topógrafos e das equipes de desmatamento do 6º Batalhão de Engenharia e Construção, (SEC), para continuar a construção da BR-174, ligando Manaus a fronteira da Venezuela e Guiana (Boletim Informativo nº 3 - FUNAI).

A Frente de Atração sofre um retrocesso em suas ati

vidades, no ano de 1973, devido ao massacre ocorrido no sub-posto Alalaú em janeiro/73 quando morreram 3 servidores da FUNAI, (1 maitero e 2 índios aculturados). Ciúme e desejo de vingança teria sido a causa desse massacre pelos índios Waimiri-Atroari do Rio Pretinho. Após este massacre, os indígenas da região do rio Alalaú afastaram-se desse posto, obrigando a Frente de Atração buscar novos contatos com os Waimiri-Atroari a partir de outros postos.

No ano de 1973/74 a Frente de Atração fez várias trocas de artefatos indígenas e trabalhou em serviços de recuperação, manutenção, na expansão dos roçados e plantações destinadas a subsistência dos servidores e dos indígenas. Além disso, essa frente orientava os trabalhos da estrada a respeito das atividades a serem tomadas por estes em caso de aparecimento de indígenas.

O método de atração empregado por essa equipe consistia em aguardar os Waimiri-Atroari nos postos indígenas do Alalaú, Camanaú e Abonari para realizar suas trocas, alimentá-los e curá-los de possíveis doenças e depois levá-los às malocas permanecendo nestas o tempo que os índios permitissem. Faziam nessas ocasiões ^{reunioes} onde ensinavam práticas agrícolas mais adequadas, uso de ferramentas, ... aumentavam os roçados existentes nos PIA com o objetivo de incentivar a permanência dos indígenas nos postos para que eles observassem os resultados da aplicação das técnicas agrícolas ensinadas, estimulando-os, a empregá-los em suas próprias plantações.

Em 1974 ocorre vários incidentes devido a construção da ponte sobre o rio Alalaú que os indígenas imaginavam " que iria barrar o rio, impedindo assim a navegação".

Em agosto/74 é interditada uma área no município de Caracará para fins de atração e pacificação do grupo Waimiri-Atroari. Essa interdição aconteceu porque os grupos indígenas se encontram dispersos em áreas adjacentes a reserva criada para abrigá-los, resultando em constantes invasões de brancos em busca de ex-

AMB/ccr.

J

ploração de suas riquezas naturais.

Os Waimiri-Atroari, em outubro/74, massacram um grupo de 4 funcionários da FUNAI no Posto Indígena de Atração do Alalaú, no Km 240 da BR-174. Segundo os jornais da época (FSP, 05.10.74) o traçado dessa rodovia atravessa a reserva e foi feito no mapa sem ao menos olhar a presença dos donos da terra - os índios".

Após esse massacre, Gilberto Pinto volta a área.

O 6º BEC alcança as margens do rio Alalaú (local do último massacre), em novembro de 1974, se preparando para prosseguir com seus trabalhos de abertura da estrada na área reservada. Como essa região é cheia de alagadiços o Exército, encarregado para a construção dessa estrada, não podia deixar de aproveitar todo o tempo disponível.

No dia 20/novembro/74, os Atroari atacam o acampamento do 6º BEC levando alguns instrumentos de trabalho e matando 3 trabalhadores. Frente a esses acontecimentos, Gilberto Pinto é novamente deslocado para essa área para tentar convencer os índios das boas intenções do branco e para fazer a sindicância desses massacres, no dia 21/nov/74.

No final do ano, vestígios de declaração de guerra 'Atroari aparecem nas picadas: flexas cruzadas - que a FUNAI acreditava serem colocadas propositalmente pelos trabalhadores para que pudessem passar o Natal em Manaus. Essas hipóteses se esboroam diante do massacre de 29/dezembro/74 quando morre Gilberto Pinto e mais dois funcionários pelos índios comandados por Maruada de quem Gilberto era amigo desde 1968.

O pastor anglicano - Benjamim Bennet, contratado pela FUNAI em 1975, para atividades no Alalaú e Santo Antonio do Abonari afirma que "os Waimiri-Atroari temem pela perda de seus melhores campos de caça, com a aproximação da estrada e imagina que estes ataques fazem parte de uma vingança, pois há 50 anos estes índios teriam presenciado a invasão de suas terras por caçadores e extrativistas" (J.Br. 03/01/75). Outros, como o delegado da FUZ

NAI, justificava o massacre com a possível existência de um foragido da justiça entre os indígenas. Outros diziam ainda que Comprido tinha ido à Manaus e na volta observou grandes desmatamento dentro de suas terras... ou que Maruaga enciumado com a ascensão de Comprido quis provar-lhe sua liderança chefiando o massacre. Orlando Villas Boas afirmou que os Waimiri-Atroari são como os outros índios. Eles repelem qualquer invasão de suas terras e protegem suas famílias. Matam porque é a única maneira de deter o homem branco". (1978, 126).

Apesar dessas diversas versões, e de muitas outras não apresentadas aqui, parece que os massacres foram uma reação dos indígenas à invasão dos brancos em suas terras, pois sua sobrevivência dependia e depende exclusivamente da terra.

Após o desaparecimento de Gilberto Pinto, a FUNAI instalou sua equipe num acampamento construído pelo 6º BEC, com fortificações adequadas a 600 metros da margem do rio Alalaú com um sistema de fonia funcionando durante as 24 horas do dia. O indigenista escolhido para substituir o Gilberto Pinto seria o Sebastião Amâncio que ao invés de usar a tática do namoro, oferta de presentes "faria uma demonstração de força dos civilizados apenas para dissuadi-los de qualquer pretensão de ataque", numa política de atração totalmente contrária a do sertanista Gilberto Pinto. Devido a essas declarações, foi substituído pelos Irmãos Villas Boas que tendo em vista a aposentadoria que estava para sair aceitavam somente ser assessores do novo chefe da Frente de Atração.

Em 15/01/75, Apoena Meirelles foi designado para coordenação dessa Frente de Atração com um quadro de 60 homens. Essa Frente deixa de ser subordinada a 1ª DR, subordinando-se a COAMA de Brasília. O método de Atração de Apoena se restringia a solucionar os problemas criados pela abertura da BR-174 para os indígenas, pois a estrada não podia parar. Aboliu os Postos de Atração Alalaú, Camanaú e Abonari, justificando que a instalação de Postos

da FUNAI em terras indígenas daria a impressão ao índio de fixar ali um grupo civilizado e os Waimiri talvez não soubessem distinguir a FUNAI do DEC. A instalação desses postos caracterizaria uma posse efetiva sem o consentimento do índio. Utilizava esses postos apenas como um ponto de contato com os indígenas. "Não formarei nenhuma expedição para visitar as malocas dos Waimiri-Atroari, porque eles podem interpretar como uma invasão e reagir. Eles são os verdadeiros donos da terra e não querem estranhos em seu território sem que tenha permissão, vamos aguardar que os índios venham a nós e com o tempo nos convide para visitar suas malocas... oportunidades não faltarão para os contatos, porque quando precisam de mantimentos os próprios índios procuram estabelecer contatos com os brancos, para realizar suas transações comerciais".

Sua tática de atração consistia em colocar brindes nesses postos, evitando a vinda dos Waimiri-Atroari até a estrada a procura desses brindes. Periodicamente iam até esses postos para verificar se eles apanhavam ou não os brindes. Apoena não tinha interesse num contato direto com os Waimiri-Atroari pois temia um surto de gripe ou de sarampo.

Em 2/setembro/75 Apoena solicita a FUNAI a criação do Parque Indígena justificando que a criação deste parque seria fundamental para que sejam evitadas invasões e novos incidentes entre brancos e índios e imprescindível para continuarem a manter sua integridade tribal e suas características únicas".

Com a demissão de Apoena Meirelles, o sertanista Sebastião Firmo, ex-companheiro de Gilberto Figueiredo, assume em outubro/75 os trabalhos da frente de atração Waimiri-Atroari, dando continuidade ao método de Atração utilizado por Apoena Meirelles. Nessa época a FUNAI contava com 5 postos de Atração e com 5 postos de Vigilância: Jundiá, Terraplenagem, Base de Operações, Açaí e Abonari nas margens da BR-174, e com 110 trabalhadores (1 coordenador, 1 sertanista, 2 auxiliares, 1 piloto de lancha, 4 motoristas e 110 trabalhadores braçais. Todos os postos tinham plan

tações de mandioca, cana, banana, etc.

Sebastião Firmo conseguiu os primeiros contatos com os indígenas, após a morte de Gilberto Figueiredo, em novembro de 1975. Houve diálogo e troca de presentes.

Em julho de 79, o Sr. Guiseppe Cravero (italiano, ex salesiano) assumiu a coordenação da Frente de Atração Waimiri-Atroari, desenvolvendo o projeto de assistência indígena iniciado em 1975 " através de uma filosofia e técnica de ação muito simples : os 70 servidores que a FUNAI mantém nas 7 infra-estrutura da área Waimiri-Atroari (Postos de Atração e Vigilância) cada vez mais selecionados e melhor conscientizados para a nobre missão que desenvolvem, se esforçam em mostrar aos indígenas que os visitam ex potânea e periodicamente e até se fixar nas proximidades dos ' postos, uma realidade humana diferente daquela que conheceram e com a qual se relacionavam no passado próximo ou remoto" (Memo nº 029/NANA/20.03.81).

Esse novo método de atração substitui o tradicional de ir ao encontro do grupo em suas aldeias proporcionando brindes, permitindo aos Waimiri-Atroari iniciativa nas visitas aos postos.

Para esse coordenador, a agricultura, associada a caça e pesca além de ser uma solução de sobrevivência da comunidade indígena tomando-a independente da sociedade envolvente, é o melhor meio de defesa de suas terras, de seus rios e de suas tradições culturais.

A maioria das terras da reserva, abandonadas durante a construção da DR-174, tendem a serem reocupadas pelos mesmos, por apresentarem características de fertilidade e riquezas de caça e pesca.

Apesar da aparente boa intenção deste coordenador de incentivar a prática agrícola a esses grupos para garantir sua terra, ele está transformando-os em sociedades agrícolas sedentárias quebrando o sistema tribal deste grupo, ainda desconhecido por nós, por falta de um trabalho antropológico.

POSTOS INDÍGENAS NA ÁREA DOS WAIMIRI/ATROARI

A estrutura da FUNAI na área dos Waimiri-Atroari se distingue em Postos Indígenas de Atração (PIA) e em Postos de Vigilância (PV).

Os PIA'S são caracterizados pelas visitas que recebem por parte dos indígenas o que os tornam pontos estratégicos de atração. São eles:

I. POSTO INDÍGENA DE ATRAÇÃO DO ABONARI

Localizado na margem direita do rio Santo Antonio de Abonari, a 3 Km do Km 255 da BR-174. O acesso a este Posto é feito pela BR-174 e por uma picada de 3 Km ou através de um motor de popa de 25 HP e um barco de alumínio pelo rio Abonari. É um ponto tradicional de atração de indígenas do Vale do Abonari durante suas visitas frequentes. Existe, inclusive, a uns 300 mts. da sede deste Posto um aldeamento constituído por cinco malocas Waimiri. Além deste aldeamento existe a Frente Avançada Taquari no igarapé de mesmo nome, na altura do Km 235 da margem direita da BR-174, onde foi aberto um Posto de Vigilância com o objetivo de evitar contatos dos indígenas com os transeuntes da estrada além de impedir também as invasões de caçadores e depredadores na área leste da reserva dos Waimiri-Atroari. Tanto na área do PIA Abonari, como na área da Frente Avançada Taquari existe uma agricultura de subsistência incentivada pela coordenação da Frente Avançada dos Waimiri-Atroari.

A área do PIA delimitada pela linha reta e seca - limite da proposta de nº 2 - no sudoeste da reserva, apresenta alguns problemas por parte de invasores e madeiros.

A cidade mais próxima é Manaus a 255 Km de distância.

A estrutura física deste Posto é composta de 1 casa sede, 1 casa de farinha, 4 casas residenciais, 1 larracão, 1 depósito, 1 caixa d'água, 1 aviário que necessitam de uma melhor conservação.

2 - POSTO INDÍGENA DE ATRAÇÃO CAMANAÚ

Localizada no extremo sudoeste da reserva, situado fora da mesma na margem direita do rio Camanaú e a 5 Km da foz do rio Negro. O acesso a este Posto é fluvial através do rio Camanaú. A cidade mais próxima deste PIA é Novo Airão (AM). Existe neste PIA a Frente Avançada Maré dos indígenas Waimiri além de um grupo indígena dos Saterés-Munduruku, localizado na Vila Batista em frente ao PIA.

A área deste Posto situada no limite sudoeste da reserva apresenta problemas de invasão por parte de caçadores. Este PIA Camanaú funciona mais como um posto de segurança e controle impedindo a entrada de invasores na área do que como um Posto de Atração. O PIA Camanaú foi o Posto mais visitado pelos Waimiri no passado e só voltou a ser visitado novamente no final de 1979 com o comparecimento de indígenas ausentes a vários anos.

Existem 7 malocas espalhadas na margem esquerda do alto rio Camanaú pertencentes aos Waimiri.

Com as mesmas estruturas físicas do tempo do SPI : uma casa sede, duas casas residenciais, uma casa de farinha, este posto necessita de uma reforma.

3 - POSTO INDÍGENA DE ATRAÇÃO ALALAU

Localizado a 3 Km da confluência do rio Alalau e Jauapery na margem esquerda do rio Alalau, no município de Novo Airão. Fiscaliza os limites noroeste da reserva. O acesso é somente por via fluvial através do rio Negro ou pelo rio Alalau. Tem uma área fértil e farta de caça e pesca.

Apresenta problemas de invasores - pescadores com barcos equipados - que nem sempre podem ser alcançados, por serem os limites do Posto cheio de meandros fluviais.

As atividades econômicas do PIA se concentram no setor agrícola, na avicultura, na ovinocultura e no extrativismo da

castanha.

Por ser este PIA muito afastado das malocas Waimiri localizadas num raio de aproximadamente 35 km, somente nos últimos meses alguns indígenas passaram a visitar este PIA, construindo aí uma maloca. Ele se caracteriza mais como um ponto estratégico de vigilância contra invasores do que como um PIA de atração.

A estrutura física deste Posto consta de uma casa sede e de um depósito de material em boas condições de conservação.

Os Postos de Vigilância são localizados na margem direita da BR-174, nos pontos de encontro da rodovia com as extremidades da Reserva dos Waimiri-Atroari. Têm a função específica de orientar os motoristas para uma travessia sem problemas e sem "causar problemas para os indígenas".

1. POSTO DE VIGILÂNCIA DO ABONARI

Localizado na entrada da reserva no km 205 a 500 mts da BR-174, situa-se próximo a ponte do rio Abonari, no sentido Manaus-Boa Vista. Encontra-se fora da reserva em virtude do igarapé Santo Antonio do Abonari apresentar-se na maior parte do ano alagadiço oferecendo poucas vantagens para a construção da sede do Posto. Juridicamente jurisdicionado ao município de Itapiranga, encontra-se a poucos quilômetros de distância da Companhia do 6º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção do Exército) do Abonari.

Sendo um posto eminentemente de Vigilância compete-lhe a fiscalização dos limites ao longo dos rios Abonari e Uatumã, que são frequentemente invadidos por pescadores e caçadores.

Como este Posto de Vigilância localiza-se próximo ao PIA do Abonari, recebe visitas frequentes dos indígenas Waimiri da Drente Avançada de Atração deste PIA que deslocam-se espontaneamente até este Posto de Vigilância atravessando a BR-174 e obrigando a este Posto controlar este deslocamento e o contato dos indígenas com os motoristas que trafegam pela rodovia.

No ano de 1980 os funcionários deste Posto de Vig

lância estiveram em constante estado de alerta devido a presença de um acampamento da Companhia de Mineração Parapanema e as pesquisas realizadas por funcionários desta Cia. ao longo da estrada e dentro da própria reserva (Relatório Anual dos Postos do NAWA em 7/12/80 - Giuseppe Cravero).

A estrutura desse PV consta de uma casa, sede, uma garagem e um poço artesiano em boas condições físicas. Desenvolvem agricultura de subsistência e avicultura.

2. POSTO DE VIGILÂNCIA JUNDIÁ

Localizado no Km 328 na margem direita da BR-174, na saída da reserva dos Waimiri-Atroari para quem trafega no sentido Manaus-Boa Vista, este PV está jurisdicionado ao município de Caracaraí, Território de Roraima. Por se encontrar na confluência dos limites da área proposta de nº 2 dentro da qual se localizam 8 malocas Atroari próxima da linha seca que faz o limite nordeste. Este limite corre paralelo a uma estrada em fase de construção que interliga a BR-174 a Santa Maria de Boiaçu na margem esquerda do rio Branco. Apesar do INCRA não estar cadastrando as terras adjacentes aos limites dessa área, existe presença de posseiros ao longo da BR-147 e da estrada em construção; obrigando o PV a manter-se em constante estado de alerta para evitar ocupações ilegais de trechos ao longo dos limites da reserva.

As malocas Atroaris, situadas numa posição insegura devido a falta de limitação e demarcação da área proposta na qual se encontram, não têm contato direto com este PV. Elas se relacionam com os Atroaris do Posto de Vigilância Terraplanagem e com os indígenas Wai-Wai.

Apesar da fiscalização fazendária e policial existente próximo a este PV por parte do governo de Roraima, ainda se faz necessário a criação de uma guarita com a finalidade de demonstrar a presença da FUNAI nesses pontos delegados além de orientar os transeuntes a respeito das normas vigentes durante o percurso da

da BR-174 dentro da área reservada aos Waimiri-Atroari.

A estrutura física deste Posto de Vigilância é composta de uma casa sede, uma casa de farinha, uma casa de força, uma garagem e um poço em boas condições. Necessita de um meio motorizado para alcançar por via terrestre os limites da área proposta de nº 2.

3. POSTO DE VIGILÂNCIA TERRAFLANAGEM

Localizado na margem esquerda da BR-174, no Km 292 sempre foi um Posto de Atração apesar de ter sido criado como um Posto de Vigilância pela Portaria nº 525/N de 27/09/78, pois situa-se na única travessia que une diferentes malocas atroarias situadas no município de Caracaraí no Território Federal de Roraima.

Próximo a este PV localizam-se 11 malocas - 8 na margem direita do rio Alalaú no nordeste da área proposta de nº 2 e 3 malocas na margem esquerda da BR-174, aproximadamente uns 3 Kms da sede do PV. Essas 3 malocas constituem um aldeamento.

Alguns destes indígenas Atroaris têm contato mais estreito com a Frente de Atração, como é o caso do Índio Viana, capitão desse aldeamento que possuindo características de liderança é conhecido não só entre os Atroaris como também entre os Waimiris. Mantém contato também com o grupo dos Wai-Wai do rio Anauá, com o qual trocam frequentes visitas.

Sendo portanto um Posto de Atração por excelência o coordenador dessa Frente de Atração sugere que ele seja denominado de PIAVC - Posto Indígena de Atração, Vigilância e Controle. Por ser também um ponto estratégico necessita de um sistema de controle rigoroso para evitar o contato dos indígenas com os transeuntes da rodovia Manaus-Caracaraí.

O acesso a este PV é rodoviário e fica a uma distância de 292 Km da cidade de Manaus.

É o Posto mais visitado pelos indígenas Atroari desde o acontecimento de 1974.

Sua estrutura física consta de uma casa sede, uma

casa de farinha, uma casa de força, uma garagem e um poço que necessitam de uma maior conservação.

BASE NAWA - NUCLEO DE ATRAÇÃO DOS WAIMIRI/ATROARI

Localizado na margem direita da rodovia BR-174, na altura do Km 255, próximo a ponte nova do rio Alalaú, na divisa do território de Roraima com o Estado do Amazonas, no município de Caracaraí. O acesso é feito por via terrestre tanto de Manaus como de Boa Vista ou aéreo descendo no campo de pouso em frente a Base NAWA.

O NAWA funciona como uma sede operacional com a finalidade de apoiar e coordenar os serviços de todos os Postos da Frente de Atração: de Controle e Vigilância.

A sua posição física em relação aos Postos da Frente de Atração: 37 Km do PV Terraplanagem (35 minutos de carro); 73 Km do PV Jundiá (70 minutos de carro); 40 Km + 3 Km subindo o rio Abonari do PIA Abonari (60 minutos); 40 Km do PV Abonari (40 minutos de carro); descendo o rio Alalaú, fazendo uso de um motor de popa de 15 HP (8 horas de viagem) do PIA Alalaú. Descendo o rio Alalaú, entrando no Jauapery, depois no rio Negro e finalmente atingindo o rio Cmaná do PIA Camanaú.

O principal meio de apoio a esses postos provém da própria terra, através de uma agricultura de subsistência de arroz, feijão, cana-de-açúcar, legumes e frutas, cujos produtos são distribuídos e aproveitados nos postos para reforçar a alimentação dos indígenas visitantes.

A força de trabalho dessa Frente de Atração é constituída de 70 trabalhadores (coordenador, chefes de Posto, atendente de enfermagem, auxiliares administrativos e trabalhadores braçais).

A estrutura física da Base NAWA é composta de uma casa sede, uma enfermaria, um refeitório, um armazém, uma casa residencial, uma garagem, uma casa de força, um galpão, um aviário, todos em boas condições de conservação.

7 - ASPECTO DE SAÚDE E SANEAMENTO

O principal fator de despopulação dos grupos indígenas são as doenças introduzidas através do contato com elementos da sociedade nacional. Além da mortandade que provocam, essas doenças levam o grupo indígena a um estado de fraqueza física, incapacitando inclusive alguns índios para as suas atividades básicas de subsistência, agravando ainda mais suas precárias condições de vida.

As doenças contagiosas, como a gripe, pneumonia, sarampo, venéreas etc, que acontece quase que simultaneamente a todos os indivíduos, podem levar ao extermínio do grupo. Só no mês de maio, morreram 22 indígenas de sarampo, fora os desaparecimentos que aconteceram na malocas internas nas matas, que não chegaram ao conhecimento do coordenador do NAWA.

Além da pequena farmácia provida de medicamentos contra gripe, dermatoses, problemas gastro-intestinais, desintéria, verminose, etc e do Atendente de Enfermagem, existente em cada Posto Indígena de Atração e em Posto de Vigilância, a FUNAI deveria contratar médicos generalistas para visitar todos esses postos indígenas, pelo menos duas vezes por mês, para um trabalho de medicina preventiva. A visita de um dentista também é necessária.

A contratação de uma enfermeira, fixa na base NAWA, solicitada pelo coordenador é bastante importante para o tratamento das índias.

As doenças mais comuns nesse grupo indígena são: tuberculose, pneumonia, equitossomose, anemia, sarampo, desidratação, leishmaniose, malária, gripe, verminose, sarna, amidalite, dentre outras.

Quanto ao uso de ervas e raízes medicinais utilizadas pelos Waimiri-Atroari não se tem conhecimento algum, pois ainda não se faz um estudo antropológico deste grupo.

8 - ASPECTOS EDUCACIONAIS

Os Waimiri-Atroari falam somente a língua nativa com exceção de dois indígenas: Viana e Tomás que entendem e falam um pouco da língua portuguesa.

É necessário a presença de um lingüista nessa área para fazer um estudo da língua dos Waimiri-Atroari. Segundo sugestão deste coordenador este lingüista deveria conviver com os indígenas no mínimo de dois anos para levantar junto com um antropólogo todos os aspectos sócio-culturais do grupo indígena Waimiri - Atroari antes que ele se desestruture totalmente.

9 - DIVISAS TERRITORIAIS

Não existe por parte do grupo indígena dos Waimiri-Atroari consciência dos limites territoriais definidos pelos brancos. O seu território é a terra onde nasce, vive e morre. A terra para os indígenas tem um significado diferente do nosso. Para eles a terra é o local onde nasceram e onde viveram seus ancestrais. A terra significa a sua subsistência.

12 - PROPOSTAS

A proposta apresentada pelo coordenador da Frente de Atração Giuseppe Cravero a este GT em reunião no dia 01/07/81 apresenta as seguintes modificações de limites:

- no limite sudeste da área reservada pelo Dec. 68.907 de 13/7/71, onde está localizado o Posto Indígena da Frente Avançada Maré, deixa de ser o rio Camanaú. O novo limite é representado por dois igarapés entre o rio Camanaú e rio Negro sem nome, ligados entre si por uma linha seca.
- o limite noroeste da área interdita pelo Decreto nº 74.463 de 26/05/74 é modificado em função do aproveitamento do limite natural (igarapé do Bugre) ligado a cabeceira de outro igarapé sem nome, próxima a BR-174 por uma linha seca. Essa cabeceira seria ligada até outra cabeceira de um igarapé sem nome, evitando-se um desmatamento já existente nessas proximidades.
- no limite nordeste da área de acréscimo de nº 2, definida pela Portaria nº 511 de 05/07/78, sofreria modificações substituindo se extensas linhas secas por cursos d'água e pelo próprio rio Alalaú em função de um melhor aproveitamento dos limites naturais.
- no limite leste da área reservada pelo Decreto nº 68.907 de 13/07/71, sofreria uma diminuição razoável: partindo-se de um ponto mais a sudeste do limite da área interdita, aproveitando um igarapé sem nome da margem direita do rio Pitanga atingindo um afluente da margem esquerda do rio Uatumã, seguindo-se então, pelo limite da área de acréscimo de nº 1.

Os acréscimos descritos acima teriam a função de absorver a Frente Avançada Maré para dentro da área reservada e de aproveitar de forma mais racional os limites naturais facilitando a própria vigilância da área.

O coordenador do NAWA quando apresentou a proposta de excluir parte da área leste da Reserva justificou-a como sendo

mais favorável para a vigilância. Como é uma área bastante rica em minerais e devido ao grande interesse que ela desperta é aconselhável que tire parte da área resolvendo dessa forma o problema.

Outro ponto que fundamenta a não necessidade dessa área para os indígenas segundo o ponto de vista deste coordenador é a tentativa de atração desses índios para áreas próximas a estrada, como as Frentes Avançadas de TAQUARI e YAWARA.

Justificar a eliminação de parte da área leste da Reserva dizendo que ela não é utilizada pelos indígenas, atualmente é uma afirmação um pouco precipitada pois até hoje não foi realizado um estudo antropológico a respeito desses indígenas, e a não existência de malocas não quer dizer que os indígenas não a utilizam para a caça e pesca ou que eles possam construir suas malocas aí futuramente.

Essa proposta teria uma superfície de 1.846.400 ha e um perímetro de 750 Km.

A proposta apresentada pela antropóloga deste GT compreende todos os acréscimos apresentados na primeira proposta e defende a não eliminação de parte da área leste da reserva, compreendendo assim, uma área total de 2240.000 ha e um perímetro igual a 950 Km. Observamos que o limite sul dessa área leste será a lâmina de água do reservatório da Hidroelétrica Balbina, mesmo que elas não atinjam o limite da provável cota de inundação plotado na carta em anexo. Este limite é importante para evitar invasões de branco na área indígena.

Um dos artigos do Decreto nº 68.907 de 13 de julho de 1971, art. 2º reza que a FUNAI teria apenas 2 anos contados a partir da data do Decreto, para apresentar projeto de redução da área. Já se passaram 10 anos e só agora se questiona a utilidade ou não dessa área para os índios Waimiri-Atroari.

Outro ponto de fundamental importância é a ausência de um trabalho antropológico sobre o grupo Waimiri-Atroari. Como

dar ou tirar terra de um grupo indígena se não temos conhecimento de sua realidade sócio-econômica, política, cultural, cosmológica... Como justificar uma área se não sabemos que locais os indígenas utilizam para a caça, a pesca, agricultura de subsistência,...

A área dos Waimiri-Atroari é caracterizado por uma parte de terra firme de solos pobre e ácidos apesar da densa cobertura vegetal, onde os recursos são poucos, mas sempre disponíveis. Existe também uma pequena faixa de terrenos alagados - a várzea - cobertos por uma rede de igarapés e por uma rica profusão de vida animal. Estes solos são ideais para a agricultura.

A adaptação dos Waimiri-Atroari a seu meio ecológico obriga-os a desenvolver mecanismos que compensem as variações estacionais de seca (junho/outubro) e chuva (novembro/maio).

Os Waimiri-Atroari são índios de terra firme que apresentam dispor de abundantes recursos de subsistência e, via de regra, de uma caça fácil. É perigoso concluir precipitadamente que uma abundância de caça e terras produtivas significam a existência de um potencial não utilizado. Os estudos ecológicos dessa região leva à conclusão de que a abundância é o reflexo do equilíbrio da adaptação conseguida pelos indígenas.

Uma concentração de malocas com uma exploração intensiva da terra provoca uma acentuada e provavelmente irreversível deteriorização do solo da vegetação, causando a extinção local de muitas espécies de aves e animais. Devido a expansão dos programas de desenvolvimento nacional, esse equilíbrio pode estar ameaçado.

O padrão ocupacional dos indígenas Waimiri-Atroari na área - malocas esparsas - pode ser decorrente de um processo de rotatividade do uso da terra, para atividades agrícola. Devido ao tipo de técnica agrícola utilizada - o processo de coivara - depois de um terceiro plantio ocorre um desgaste da terra, forçando a migração das famílias para locais mais apropriados para suas roças. A escassez da coleta, caça ou pesca próximas a essa área de solos desgastados leva-os a procurar outros locais.

Não conhecemos outros dados antropológicos a respeito da cultura desse grupo que possam fundamentar essa grande mobilidade dos indígenas Waimiri nessas áreas.

A eleição da área em questão é justificada pela ocupação imemorial, pela mobilidade espacial das famílias, pelo seu crescimento populacional e pela possibilidade de expansão para áreas da reserva ainda não ocupadas efetivamente.

Como essa área é secularmente ocupada pelos Waimiri Atroari, seu direito a posse permanente e ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e minerais existentes na área é assegurado pelo artigo 193 da Constituição Federal não prevalecendo contra esse direito quaisquer títulos ou situações constituídas uma vez que são bens inalienáveis da União.

O índio não pode ser tratado como imigrante tentando sua incorporação à sociedade nacional a médio prazo. O índio deve ser preservado. A preservação do índio não se constitui num impedimento para o progresso nacional e nem para o desenvolvimento do Estado do Amazonas. O índio não pode ser colocado como um obstáculo a este desenvolvimento pois o desenvolvimento deve ser para toda a sociedade e não apenas para os não-índios. O índio não é incompatível com o desenvolvimento econômico. A questão do desenvolvimento nacional deve ser colocada de outra maneira: Como o desenvolvimento brasileiro poderá beneficiar os grupos indígenas que vivem no Brasil? Para responder essa questão é necessário estudar e compreender como funcionam os grupos indígenas. Para isso devemos conhecer sua realidade, sua língua, sua tradição cultural, sua cosmologia, sua organização social e política. Para qualquer política de atração, para qualquer criação ou demarcação de reserva é necessário uma política de conhecimento da realidade do grupo indígena interessado.

É o índio que deve dizer o que é melhor ou pior para ele. É em cima de sua realidade social (cultura, organização política e social, religiosa, etc) que ele pode avaliar o que lhe é útil

ou nocivo.

Como minorias étnicas as populações indígenas tem o direito de usufruir do desenvolvimento nacional, pois também são brasileiros. Por o índio ser o maior ecólogo da Amazonia, jamais poderia constituir num empecilho para o desenvolvimento da região. É preciso que os homens que decidem o poder econômico entendam que o índio é útil no trabalho de desbravamento e de desenvolvimento.

Por ser o índio um grande preservador das florestas por uma questão de sua própria sobrevivência, porque criar novas reservas ecológicas? Não seria menos oneroso e mais lógico que subsistam as reservas indígenas?

Os Waimiri-Atroari não constituem um bando desorganizado de indivíduos, mas uma sociedade organizada com sistema político, religioso, econômico e de parentesco. E foi como uma sociedade organizada que reagiram aos ataques dos brancos, para evitar a invasão de seu território.

Classificar os Waimiri-Atroari de violentos ou selvagens é impróprio, porque não se pode e nem se deve acusar "a priori" nenhum grupo humano de violento. Nenhum índio ataca gratuitamente, eles se julgam donos de seu território e estão dispostos a defendê-los até a morte.

Enquanto o índio não tiver suas terras, detendo sua posse da área em que pratica a caça, a pesca, a coleta, sua agricultura de subsistência, seus rituais... haverá dificuldades de relacionamento entre ele e o branco. Todos os problemas de integração estão relacionados com o problema da terra. A terra é fundamental para a subsistência do grupo indígena principalmente para o grupo Waimiri-Atroari do qual não conhecemos nem o seu universo cultural.

Muitos argumentam que as reservas indígenas têm dimensões "astronômicas". Quem afirma uma coisa dessas só analisa a questão partindo da noção "civilizada" de propriedade. O indígena encara o seu território em termos mais amplos, necessário a sua

subsistência, pois ele não tem à sua mão os mesmos recursos da sociedade nacional. A comunidade indígena dos Waimiri-Atroari deve ter uma área que lhe permita ir e vir sem constrangimento, que lhe forneça a água, a caça, a pesca... necessários a sua subsistência.

Dessa forma, a área de uma reserva indígena não pode ser encarada em razão do número de índios que a desfruta. O que deve ser levado em consideração é se essa área é capaz de lhes proporcionar condições para sua sobrevivência, respeitando os valores dos grupos.

As reservas indígenas não devem ser criadas somente com a intenção de abrigar um determinado número de indígenas, pois eles ali já se encontravam muito antes da ocupação de terras pelos brancos. O objetivo da reserva indígena deve ser o de preservar o território indígena garantindo a sua cultura.

A Amazônia para se desenvolver não precisa desrespeitar o direito dos Waimiri-Atroari.

Brasília, 30 de julho de 1981.

Angelamaria Baptista
Angela Maria Baptista
Antropóloga
DGP/DIR

BIBLIOGRAFIA

Habitat - Inf./FUNAI - V - Nº 15/16 - pág. 2 - Índios KARIB

A Reserva Indígena: Grupos distintos e derivados de um mesmo tronco linguístico (Karib) - Inf./FUNAI - V- Pág. 15/16 - Denise M. Meirelles.

Tronco Linguístico Karib - Jauapery - Alípio Bandeira, pág. 35.

Primeiras Penetrações de Contatos - Denise Meirelles - Inf./FUNAI 15/16 Pág. 22 e 23.

Processo de Atração - Histórico : Inf. Nº 3 - Pág. 30 e 35.

Histórico dos Massacres - Inf./FUNAI - nº 15/16 - Pág. 22/23

A Época dos Massacres - Relatório de Alceu Mariz - Pág. 2

Processo 3655/75

Processo FUNAI/BSB/570/71

Processo FUNAI/BSB/1698/73

Processo FUNAI/Nº 1/105/74 de 7/3/74

Processo FUNAI/BSB/1324/78

Processo FUNAI/BSB/2749/73

Processo FUNAI/BSB/3900/77

Processo FUNAI/BSB/04638/76

Of. nº 47/74 FUNAI/BSB/394/74

Of. nº 155/74 e Memo. nº 20/74

Of. nº 823/76

Documento: Relatório de Viagem aos Postos Indígenas de Atração da região Waimiri-Atroari - set./outubro/74

Documento: Relatório do PI Camanaú e de outros Postos Indígenas

Pasta Vesde do Kazuto Kavamoto - 1ª DR-Manaus.

Arquivos da Base NAWA

Pasta suspensa dos Waimiri-Atroari.

Betty J. Meggers - Amazônia - A Ilusão de um Paraíso - Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.